



ASSOCIAÇÃO FILATÉLICA E NUMISMÁTICA DE SANTA CATARINA

BOLETIM INFORMATIVO NÚMERO 86
AGOSTO DE 2026





**Associação Filatélica e Numismática de Santa Catarina
AFSC**

**Rua dos Ilhéus, 118, sobreloja 9 - Ed. Jorge Daux
CEP 88010-560 - Florianópolis, SC
Caixa Postal 9029 - CEP 88010-976
Telefone: (48) 3222-2748**

Entidade sem fins lucrativos
Declarada de Utilidade Pública pela Lei Estadual 542 de 24/9/1951
e pela lei Municipal 970 de 20/8/1970.

DIRETORIA eleita em julho de 2025 para o período de agosto/2025 a agosto/2026

Diretor Presidente:	Luiz Claudio Fritzen
Diretor Vice-presidente:	Demétrio Delizoicov Neto
Diretor 1º Secretário:	Juliano Natal
Diretor 2º Secretário:	Luiz Antonio de Oliveira Horn
Diretor 1º Tesoureiro:	Romeu Odilo Trauer
Diretor 2º Tesoureiro:	Fred Leite Siqueira Campos
Diretor de Sede:	Maurício Silva Soares

CONSELHO FISCAL

Rubens Moser	Marco Antônio Motta da Luz (suplente)
Renato Mauro Schramm	Paulo César da Silva (suplente)
Ernani Santos Rebelo	Ivo Rodrigues Neto (suplente)

Para custeio de suas atividades, a AFSC depende, principalmente, das anuidades pagas por seus associados, nas seguintes categorias e valores, válidos a partir de 2025:

Efetivos - Grande Florianópolis, idade a partir de 18 anos	R\$ 175,00
Juvenis - Idade inferiores a 18 anos	R\$ 40,00
Correspondentes no Brasil - residentes fora da Grande Florianópolis	R\$ 70,00
Correspondentes no Exterior - residentes fora do Brasil	US\$ 35,00
REMIDO - Valor único (20 anuidades)...Efetivo R\$ 3.500,00 / Correspondentes R\$ 1.400,00	

ASSOCIE-SE!

www.afsc.org.br

afsc@afsc.org.br

REUNIÕES REGULARES

Quintas-feiras a partir das 18:30 horas e sábados a partir das 14:30 horas

Boletim Informativo Semestral da AFSC - SANTA CATARINA FILATÉLICA (SCF)

Nº 1 de dezembro de 1949 (76 anos)

ANÚNCIOS

Página inteira:	Meia Página	Terço de página	Terceira capa:	Quarta capa:
R\$ 90,00	R\$ 60,00	R\$ 45,00	R\$ 140,00	R\$ 180,00

Florianópolis, agosto de 2026.

COMISSÃO EDITORIAL

Luís Cláudio Fritzen, Demétrio Delizoicov Neto, Renato Mauro Schramm e Peter Johann Bürger

REVISÃO TEXTUAL

Renato Mauro Schramm

DIAGRAMAÇÃO E CAPA

Evelise R. A. Kother

CAPA

Imagens em homenagem à Monteiro Lobato

Índice

Boletim nº85 de março de 2026.

Palavras do Presidente.....	4
A Grand-Place de Bruxelas	5
PHILCAT 2026 em fotos	8
Entrevista - Renato Mauro Schramm	12
Caminho até a Abolição	16
Centenário da Ponte Hercílio Luz	22
La Medalla Chile Independiente	26
A Cunhagem em Ouro no Terceiro Sistema do Padrão Monetário Réis	34
Filatelia - Geradora de projetos em torno da vida	42
As emissões da “ <i>Caisse Centrale de La France Libre</i> ” durante a 2ª Guerra Mundial	48
Nem Monumento, Nem Réu	57
Os primórdios do Correio de Itabira	64
Medalha, Selos, Cinderella e Imagens - Monteiro Lobato, 144 anos	78
Carl Benz e Gottlieb Daimler e a invenção do automóvel – Parte II. (1946 em diante)	80

Autores:

José Carlos Daltozo, Célio Fischer, João Paulo Silveira, Roberto João Eissler, Peter Johann Bürger, Felipe Ribeiro Dias, Luis Claudio Fritzen, Carlos Torres Gandolfi, Juliano Natal, Lourdinha Fonseca, Marcio Rovere Sandoval, José Carlos Sebe Bom Meihy, Renato Mauro Schramm, Márcio Hamilton Protzner de Oliveira, João Roberto Silveira e Ullrich Schierz.

Os artigos assinados são de inteira responsabilidade dos autores, bem como o que se refere ao uso de imagens.

Palavras do Presidente

Revendo algumas correspondências, me deparei por uma carta que eu mesmo escrevi a um amigo, há mais de 50 anos. Passei a pensar que se fosse em épocas atuais, seria uma mensagem de whatsapp. Certamente seria muito diferente.

Quando se escreviam cartas, o tempo da procura da palavra certa poderia demorar, até que a “mensagem” estivesse pronta. O Correio era como uma garrafa lançada ao mar, que implicava em demora para chegar ao destino. Muito do que se produz agora está infectado pelo vício (ou será um vírus?) das mensagens rápidas e estética da recepção imediata. Se alterou a pontuação, o vocabulário, a forma de concepção do diálogo. Perdemos todos.

Mas resgatarmos o passado se mostra uma tarefa impossível. Não há como regredir no tempo. Contagiados pelo “zap”, temos que nos adaptar. Com a nossa entidade criamos um grupo para mensagens rápidas, telegráficas. Mas mantemos nosso Boletim. Assim mantemos a tradição, com artigos de colecionismo relevantes, enquanto que as mensagens descartáveis são utilizadas na internet.

A tecnologia interfere no conteúdo. Envolvido pelo passado de minhas lembranças escritas, me vi pensando de que o “meio era a mensagem”, logo, estou me propondo a voltar a escrever cartas. Tomara que os Correios continuem a entregar aos destinatários.

Luis Claudio Fritzen
Agosto de 2026





A Grand-Place de Bruxelas

José Carlos Daltozo¹ - Martinópolis, SP

Situada no coração de Bruxelas, as primeiras referências escritas da existência da Grand-Place datam do século 12. É uma praça retangular de paralelepípedos, onde estão situados edifícios importantes da administração municipal, além de sedes de antigas corporações. Os edifícios mostram uma mistura eclética de vários estilos arquitetônicos, demonstrando a vitalidade desse importante centro político e comercial da capital da Bélgica. A UNESCO declarou a Grand-Place de Bruxelas como Patrimônio Mundial no ano de 1998. A praça foi reconhecida pelo seu conjunto arquitetônico único e por representar de forma excepcional o nível social e a vida cultural do século 12.

A Grand-Place é uma testemunha do sucesso de Bruxelas como cidade mercantil do norte da Europa. Quando ela estava no auge de sua prosperidade, sofreu três dias de intenso bombardeio pelas tropas de Luiz XIV, no ano de 1695, que quase a destruíram totalmente. Mas com uma grande campanha de reconstrução, em poucos anos voltou a ser como era antes, seus edifícios foram recuperados ou reconstruídos no mesmo estilo anterior, diferente de outras cidades europeias que reconstruíram suas cidades com novos estilos arquitetônicos.

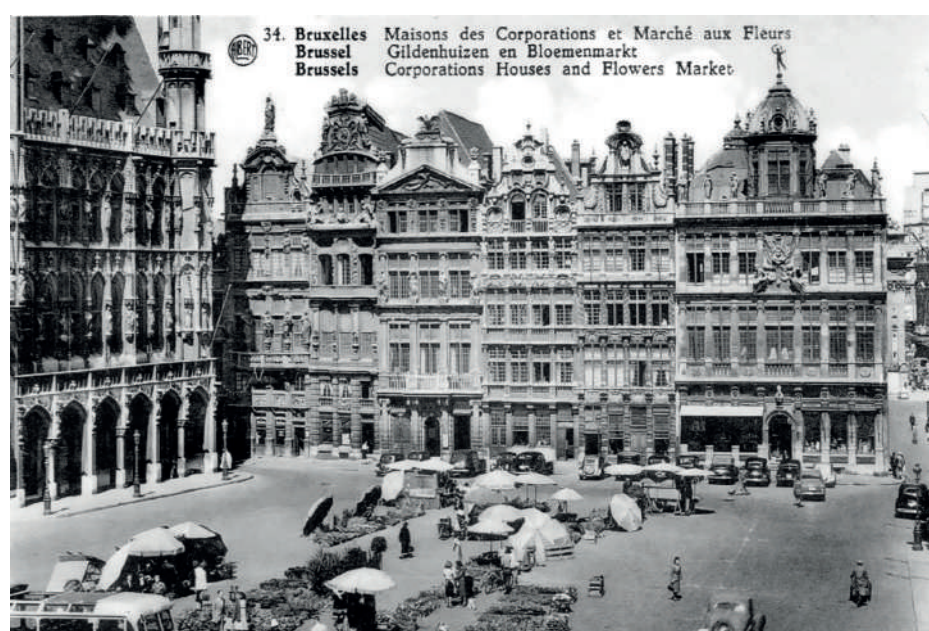
O edifício da Prefeitura (Hôtel de Ville), é um ícone do gótico brabantino, a torre com os sinos é o março mais famoso da Grand-Place. Construído em 1459, ele escapou parcialmente dos bombardeios e passou por diversas transformações ao longo do tempo. Em frente a ele está a Casa do Rei (Maison du Roi), onde a fachada, após restaurada, continuou com o estilo gótico original. A Casa do Rei abriga o Museu da Cidade. De ambos os lados desses importantes e imponentes edifícios, há os prédios ocupados por poderosas corporações. Cada um diferente do outro, ilustram de forma notável a arquitetura barroca do final do século 17, com um tratamento singular dos frontões e decorações, ora ornamentados, ora mais clássicos. Cada casa tem um nome e atributos específicos, realçados com ouro, que remetem ao status de

¹ JOSÉ CARLOS DALTOZO, residente em Martinópolis-SP, coleciona cartões-postais desde 1988 e possui atualmente mais de 240.000 exemplares do Brasil e Exterior em seu acervo. Contatos no e-mail jcdaltozo@uol.com.br ou whats 18 - 99636.5500.

seus ocupantes. Em um deles, chamado Le Pigeon, morou o escritor francês Victor Hugo no ano de 1852.

Outra particularidade interessante da Grand-Place é que nela não existe nenhuma igreja ou local de culto, denotando sua natureza estritamente mercantil e administrativa desde séculos passados.

Em minha coleção de cartões-postais, os exemplares mostrando diferentes aspectos da Grand-Place são inúmeros. Na iconografia deste artigo estão alguns postais das primeiras décadas do século 20 e um mais atual, da década de 1980.





PHILCAT 2026 em fotos

Célio Fischer, João Paulo Silveira e Roberto João Eissler¹ - Jaraguá do Sul, SC

A PHILCAT 2026 – 11ª Exposição Filatélica Catarinense aconteceu de 27 de junho a 17 de julho de 2026, no Museu Histórico Emílio da Silva, em Jaraguá do Sul, SC integrando as comemorações dos 150 anos do município. Durante esse período, a exposição permaneceu aberta ao público, com entrada gratuita.

A exposição reuniu filatelistas, expositores, dirigentes, autoridades, estudantes, turistas e moradores da cidade em torno da filatelia catarinense, valorizando o colecionismo, a pesquisa e a preservação da memória postal. A edição contou com a participação de 22 filatelistas e 27 coleções expostas, das quais 25 integraram a mostra competitiva.

A cerimônia de abertura ocorreu em 27 de junho de 2026, com a presença de representantes da Prefeitura de Jaraguá do Sul, dos Correios, da AFSC e da FEBRAF. Após a abertura foi realizada a cerimônia de premiação da PHILCAT 2026, momento em que foram entregues as medalhas, certificados e premiações especiais.



Foto 1. Banners na entrada da exposição.

Este artigo reúne uma seleção de imagens que demonstram o que foi a PHILCAT 2026, em um clima de confraternização em torno da filatelia. Na próxima edição do Boletim da AFSC, será publicada uma matéria mais completa e detalhada sobre a exposição, sua organização e seus resultados.

1 Comissão Organizadora.
E-mail: philcat2026@gmail.com



Foto 2. Discurso de Luis Claudio Fritzen.



Foto 3. Elisiane Laurindo e Rubem Porto Junior no lançamento do selo e carimbo.



Foto 4. Cerimônia de abertura, em frente ao Museu Histórico.



Foto 5. Descerramento da fita inaugural da exposição.



Foto 6. Vista interna da primeira sala da exposição.



Foto 7. Vista interna da segunda sala da exposição.



Foto 8. Entrega de medalha e certificado realizada por Roberto João Eissler.



Foto 9. Sérgio Laux com o Grande Prêmio da exposição.



Foto 10. Comissão Organizadora e os jurados da exposição.

Entrevista - Renato Mauro Schramm

Peter Johann Bürger - Florianópolis, SC

Renato Mauro Schramm, o entrevistado do Boletim Santa Catarina Filatélica nasceu em Blumenau, SC em 01 de agosto de 1945. É advogado remido formado pela Faculdade de Direito da FURB em Blumenau e pós-graduado pela Escola Superior de Guerra através do Curso de Segurança Nacional e Desenvolvimento em 1975. Integra o Conselho Fiscal da Associação Filatélica e Numismática de Santa Catarina - AFSC. Fundador e 1º Presidente do Clube Filatélico de São José; Presidente da FEFINUSC Federação Filatélica e Numismática de Santa Catarina; Membro do Conselho Consultivo da FEBRAF - Federação Brasileira de Filatelia; Vice-Presidente da ABRAJOF - Associação Brasileira de Jornalistas Filatélicos; Presidente de Honra da FILABRAS, Vice-Presidente da Academia Brasileira de Filatelia. Desde 1996 até a presente data é o Presidente do Clube Filatélico Maçônico do Brasil. É membro do Conselho Editorial do Boletim Santa Catarina Filatélica da AFSC.



O filatelista Renato Mauro Schramm nos recebeu gentilmente para registros de sua história, seus interesses e contribuições na área da filatelia. Agradecemos por toda a atenção dispensada e aquiescência em nos conceder esta entrevista.

Santa Catarina Filatélica – Quando e onde você nasceu e como foi sua formação profissional?

Renato Mauro Schramm - Nasci em Blumenau, SC, Brasil em 01 de agosto de 1945, por coincidência dia do Selo Postal Brasileiro, por isso me considero um filatelista de fato e de direito.

Sou advogado formado pela Faculdade de Direito da FURB em Blumenau e pós-graduado pela Escola Superior de Guerra através do Curso de Segurança Nacional e

Desenvolvimento em 1975.

Além disso sou escritor, jornalista, músico e artista plástico.

SCF – Qual a sua história na área do colecionismo? Como descobriu seu gosto pela filatelia?

RMS - Eu iniciei minha trajetória filatélica “oficial” no início do ano de 1957, quando fui levado a uma reunião do Clube Filatélico de Blumenau (conforme assinatura no Livro de Presenças) pelo meu Professor de latim Ewaldo Trierweiler do Colégio Pedro II, que era colecionador e frequentava as reuniões. Era amigo de meu pai que era “juntador de selos”. Lá encontrei e fiz muitas amizades que perduram até hoje. Um deles é o Arno E. Martin, uma pessoa de um caráter indescritível e que nos auxiliou muito. Foram tantos que me permito a não relacionar com medo de omitir algum nome. Lá galguei vários cargos chegando a Presidência do mesmo por duas gestões. Na ocasião conseguimos registrar e publicar seus Estatutos. Nesse período gerenciou o Jornal A Cidade de Blumenau, que tinha penetração em todo o Vale do Itajaí. Fui Diretor da União Blumenauense de Estudantes, Co-Fundador e Presidente do Grêmio Estudantil Blumenauense, 1º Presidente do Centro de Juventude Porta Aberta da Paróquia de São Paulo Apóstolo. Fundador e 1º Presidente do Clube Filatélico de São José; Presidente da FEFINUSC - Federação Filatélica e Numismática de Santa Catarina; Membro do Conselho Consultivo da FEBRAF - Federação Brasileira de Filatelia; Vice-Presidente da ABRAJOF - Associação Brasileira de Jornalistas Filatélicos; Presidente de Honra da FILABRAS - Associação dos Filatelistas Brasileiros, Vice-Presidente da Academia Brasileira de Filatelia e desde 1996 até a presente data, Presidente do Clube Filatélico Maçônico do Brasil.

SCF – Dados e acontecimentos que marcaram sua trajetória filatélica.

RMS - Pelo meu irretocável trabalho junto a Centrais Elétricas de Santa Catarina em Blumenau, fui convidado a vir ocupar um alto cargo na Administração Central em Florianópolis a partir de 31 de março de 1980.

Acontece que anteriormente (na qualidade de Presidente do CFB), estava fazendo tratativas para trazer a BRAPEX, Exposição Nacional de Filatelia para Santa Catarina. Estive em Brasília na inauguração do Edifício sede da ECT, lançamento do selo em Homenagem ao Presidente Geisel e BRAPEX. Já naquela oportunidade, aproveitei para levar artigos de Blumenau para distribuir entre o staff e alguns filatelistas presentes.

Ao retornar a Santa Catarina (era o Diretor Regional naquela oportunidade, o meu saudoso Amigo Dr. João Porto Walraven), contei a ele que havia deixado volumoso material pois que era nossa intenção, sediar a próxima BRAPEX em Santa Catarina.

Após muitas idas e vindas de Blumenau a Florianópolis, o Dr. João Porto informou que estava retornando a Fortaleza CE, sua terra natal e que queria fazer um “acordo de cavalheiro” comigo. Eu declinava da realização da IV BRAPEX para Santa Catarina e, ele daria 100% de aprovação para a V BRAPEX vir para nosso Estado.

Palavra dada, palavra cumprida!!!

Como Florianópolis não dispunha de um local próprio para uma Exposição de tamanho porte, e Blumenau já contar com os pavilhões de exposições e já termos em parte montado toda uma estrutura organizacional inclusive coma parte da segurança, não teve dúvidas. A mesma veio para Blumenau em 1982 para gáudio dos maiores filatelistas do Brasil, premiados em todas as Exposições a nível nacional e internacional.

Porém, eu já não estava mais em Blumenau e a presidência da mesma não poderia ter caído melhor nas mãos do Engenheiro Juergen Otto Berner, ficando eu como Vice-Presidente da mesma. Não irei citar todos os envolvidos para não alongar minha fala.

Só posso afirmar que foi se não a melhor, uma das melhores BRAPEX realizada até hoje. Mas tudo não foi um “mar de rosas”... Durante a BRAPEX em Fortaleza, CE, fomos duramente “intimados” pelo então Almirante Macedo (não me recordo se era o Presidente do Clube de Belo Horizonte) a desistir de nossa pretensão, haja vista que a V BRAPEX iria para BH. Foram horas de extrema agitação e desgaste, haja vista que ele tinha os dois irmãos gerais ao seu lado (Euclydes e Mirabeau Pontes) que comandavam a FEBRAF. Porém eu tinha uma carta nas mangas, o Dr. João Porto que havia se declarado nosso aliado. A discussão chegou a decair tanto que jogaram em minha cara que...”jamais BH perderia para SC”. E eu retruquei...”. Se BH fosse tão boa, a Polícia do Exército que era estabelecida junto ao Palácio do Planalto não seriam todos catarinenses!!! – Quem diz o que quer, houve o que não quer. Poucas pessoas sabem desse fato por isso resolvi trazer à baila. E a BRAPEX veio para Santa Catarina – BLUMENAU.

SCF – Algum outro fato importante a ser destacado na filatelia nacional?

RMS - Sim, tem vários. Em 2004 eu ia muito a Brasília pois era advogado do Projeto Rondon, já como ONG, onde prestávamos assistência à saúde básica das populações indígenas do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Rio de Janeiro e Tocantins.

Sempre que me encontrava em Brasília, nunca deixei de ir tomar um cafezinho com a amiga Maria de Lourdes Torres de Almeida Fonseca, a querida D. Lourdinha.

Sempre com uma atenção e um amor incondicional a filatelia e aos filatelistas, ouviu com atenção o meu desejo em ter um selo postal em homenagem à Maçonaria. Me incentivou a elaborar um Projeto. A princípio seria um selo. Porém ao lhe entregar alguns modelos, optou por uma série de quatro. Teríamos que lutar contra o tempo, pois era nosso desejo lança-lo no dia 20 de agosto de 2004, Dia do Maçom. Era Ministro das

Comunicações, Eunício de Oliveira, cujo Chefe de Gabinete era meu saudoso amigo Guilherme Casas, de Blumenau onde tudo ficou mais tranquilo. Dona Lourdinha (Chefe do Departamento de Filatelia) acionou o desenhista João Guilherme do Rio de Janeiro e tudo saiu como planejado. Lançamento aprovado com lançamento de Carimbo Comemorativo em seis cidades brasileiras. Escolhi para assinar o Edital 16 de 2004, o saudoso Amigo Laelso Rodrigues, Grão-Mestre Geral do Grande Oriente do Brasil. Estava cumprida mais uma missão.

SCF – Mais alguma consideração sobre sua participação em entidades filatélicas?

RMS - Atualmente faço parte do Conselho Fiscal da Associação Filatélica e Numismática de Santa Catarina, uma entidade muito forte que congrega em seu quadro diretivo e associativo, pessoas da mais alta estima.

E, como já mencionei, desde 1996 ocupo a presidência do Clube Filatélico Maçônico do Brasil, entidade jurídica de direito privado com sede em Florianópolis SC Brasil. Por congregar todos os maçons filatelistas do Brasil, nosso Vice-Presidente que também ocupa o cargo de Tesoureiro é Ivanildo Henrique Teles de Juazeiro do Norte CE; Nosso Secretário Geral é Cícero Batista da Silva do Recife PE; Nosso Diretor de Comunicação é Alberto Silveira de Curitiba PR e nosso Diretor Institucional é Paulo Cesar Serante de Cuiabá, MS. Nossas reuniões são através de lives onde todos participam. Pelo trabalho que desenvolvo nesses 30 anos na presidência do CFMB, fui agraciado como Membro Honorário da Associação Italiana de Filatelia Maçônica – Roma; Membro Honorário da Phila Masonica Club der Forschungsloge Quator Coronati, Wien – Áustria; além de várias Comendas e Medalhas dentre as quais destacamos em 2024 a Medalha Liberdade da Grande Loja Maçônica de Pernambuco, pelos serviços prestados à Maçonaria Pernambucana e o Diploma de Reconhecimento do Grande Oriente Pernambucano pelo mesmo trabalho.

Recebeu a Comenda Marechal Rondon pelos relevantes serviços prestados à Integração Nacional e Moção da Câmara Municipal do Rio de Janeiro pelos relevantes serviços prestados à Maçonaria Universal na qualidade de Presidente do Clube Filatélico Maçônico do Brasil.

Na Maçonaria é Mestre Instalado (Past-Master) tendo galgado o Grau 33º pela Grande Loja Maçônica do Estado de São Paulo através da Loja Castro Alves e pelo Grande Oriente do Brasil, Florianópolis SC, através da Loja Maçônica Comandante Lara Ribas. Possui oito obras publicadas sobre Filatelia Maçônica, onde destacamos o Catálogo Maçônico de Selos e Carimbos do Brasil e o Livro Selos Maçônicos do Mundo, ambos referência mundial. Segundo os dirigentes do Guines sua coleção sobre Filatelia Maçônica é a mais completa do mundo com 17 volumes, e não para de crescer.

Caminho até a Abolição

Felipe Ribeiro Dias – Florianópolis, SC



A foto da missa campal celebrada em 17 de maio de 1888.

Na fotografia, além da grande massa popular, aparecem alguns dos mais destacados personagens do período e militantes abolicionistas, dentre os quais a Princesa D. Isabel, seu marido o Príncipe Gastão de Orléans, o primeiro-ministro João Alfredo Correia de Oliveira, o jornalista José do Patrocínio e o escritor Machado de Assis!

Pouco se fala a respeito, mas o 13 de maio marca a conclusão de uma intensa batalha política pela extinção jurídica da escravidão no Brasil.

Sob a regência de da Princesa D. Isabel, o governo do Visconde do Rio Branco havia conseguido aprovar a Lei do Ventre Livre em 1871, a qual tornava a extinção da escravidão uma questão de tempo, já que reconhecia a liberdade dos filhos de mãe escrava. Não nasceriam novos escravos no Brasil e, com o tráfico internacional proibido desde 1850, a instituição desaparecia com a morte do último escravo brasileiro.

Se tal solução parecia razoável a muitos em 1871, esse cenário mudou na década seguinte após muito esforço da militância abolicionista. A causa da abolição imediata ganhava apoio popular.

Em 1884, D. Pedro II nomeou primeiro-ministro o Senador Dantas, a quem incumbiu de resolver a questão de uma vez por todas e extinguir a escravidão no Brasil.

O Senador Dantas apresentou o chamado “Projeto 48-A”, um projeto de lei muito detalhado e que previa inclusive o estabelecimento de colônias agrícolas para assentamento dos escravos libertados em terras arrendadas, transferindo-lhes progressivamente a propriedade de lotes de terra.

Houve grita geral na Câmara dos Deputados, que, já em 1885, aprovou uma moção de desconfiança contra o governo do Senador Dantas.

Diante desse cenário, incumbia ao Imperador D. Pedro II, na qualidade de chefe de estado, tomar uma das seguintes medidas:

- Aceitar a demissão do governo e nomear outro primeiro-ministro; ou
- Dissolver a Câmara dos Deputados e convocar novas eleições.

Insistindo no “Projeto 48-A”, D. Pedro II dissolveu a Câmara dos Deputados, mas o resultado não foi o esperado:

Das eleições de 1885, que foram das mais violentas até então já vistas no Brasil, resultou uma Câmara dos Deputados ainda mais ferrenhamente escravocrata do que a anterior.

Diante dessa derrota humilhante de seu primeiro-ministro, D. Pedro II não teve escolha além de substituí-lo.

O nomeado foi o Conselheiro Saraiva, que também organizou um governo abolicionista e passou a negociar com a Câmara dos Deputados meios de fazer a abolição.

O “Projeto 48-A”, porém, foi considerado absolutamente inaceitável.

A Câmara dos Deputados, tratando os escravos como propriedade de seus senhores, não estava disposta a considerar a extinção da escravidão sem indenização aos senhores de escravos.

O Conselheiro Saraiva tornou-se primeiro ministro em maio de 1885. Em agosto de 1885, depois de duas moções de desconfiança, renunciou ao cargo.

A sucessiva queda de dois primeiros-ministros do Partido Liberal deixou claro que a Câmara dos Deputados não aceitaria um nome que não fosse do Partido Conservador.

Assumiu o cargo de primeiro-ministro o Barão de Cotegipe, inimigo de qualquer projeto abolicionista e que terminou por reduzir o que antes era o “Projeto 48-A”, já muito atenuado pelo Conselheiro Saraiva, à Lei dos Sexagenários, que libertou os escravizados maiores de 60 anos de idade e mesmo assim mediante indenização aos senhores de escravos. Esta lei foi apelidada de Lei Saraiva-Cotegipe, já que feita a partir das mudanças que o Governo Cotegipe fez no projeto do Governo Saraiva.

No cargo desde 20 de agosto de 1885, o Barão de Cotegipe considerou a Lei dos Sexagenários suficiente para aplacar a opinião pública e passou a protelar qualquer discussão a respeito da abolição da escravatura.

Em 1887, o Senador Dantas, que voltara ao parlamento brasileiro, apresentou uma versão muito simplificada do seu projeto abolicionista, o chamado “Projeto 48-B”, que esperava que pudesse ser aprovado no futuro. Tinha apenas dois artigos, assim como a futura Lei Áurea:

“Art. 1º - Aos 31 de dezembro de 1889 cessará de todo a escravidão no Império”.

§ 1º - Está em vigor em toda a sua plenitude, e para todos os seus efeitos, a Lei de 7 de novembro de 1831.

§ 2º - No mesmo prazo ficarão absolutamente extintas as obrigações de serviços impostos como condição de liberdade; e a dos ingênuos em virtude da Lei de 28 de setembro de 1871.

§ 3º - O Governo fundará colônias agrícolas para a educação de ingênuos, trabalho de libertos, à margem de rios navegáveis, das estradas ou do litoral. Nos regulamentos para essas colônias se proverá à conversão gradual de foreiro ou rendeiro do Estado em proprietário dos lotes de terra que utilizar, a título de arrendamento.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Paço do Senado, 3 de junho de 1887.”

Em fins de 1887, quando D. Pedro II viajou para a Europa para tratar de sua saúde, sua filha D. Isabel assumiu a regência.

Ainda era primeiro-ministro o Barão de Cotegipe, que não queria fazer a abolição de jeito nenhum!

A Princesa D. Isabel, que mantinha contatos próximos com os abolicionistas e chegou inclusive a esconder escravos fugidos no paço imperial, precisava de uma desculpa para demitir o primeiro-ministro e nomear outro em seu lugar.

O pretexto veio em março de 1888, após uma briga de rua em que policiais, sob as ordens do chefe de polícia, espancaram marinheiros revoltados com a prisão de um colega. D. Isabel passou a pressionar o primeiro-ministro e a exigir a punição dos policiais culpados, com o que o Barão de Cotegipe concordou. A Princesa, porém, exigiu por escrito também a demissão do chefe de polícia, a bem da manutenção da ordem pública. Tal interferência na composição do governo não era costumeira no parlamentarismo brasileiro, o que fez com que o Barão de Cotegipe, receoso de que a Princesa exigisse também a renúncia dele, entregasse em mãos de D. Isabel a carta de demissão de todo o seu governo:

“O meu colega Ministro da Justiça comunicou-me e eu apresentei ao Conselho de Ministros a carta que Vossa Alteza Imperial lhe dirigiu em data de 4 do corrente sobre os distúrbios ocorridos nestes últimos dias. Resultando do seu contexto, que a Vossa Alteza Imperial provem merecer mais crédito outras informações, que não as dadas sob a responsabilidade dos seus conselheiros constitucionais, não resta ao gabinete outra atitude, senão a de pedir, como pede respeitosamente a Vossa Alteza Imperial, a sua demissão coletiva, sentindo contudo ter de tomar esta resolução atualmente, quando temos a consciência de que nem nos falta o apoio da opinião pública, nem os recursos necessários para manter a ordem. Julgo não dever entrar em justificação e explicação, pois não tenho por fim permanecer numa função, que aceitei unicamente por dedicação a causa pública e obediência a S. M. o Imperador.”

O Barão de Cotegipe, considerando-se vítima de um golpe de estado e não querendo assumir a responsabilidade política pela sua sucessão em momento tão difícil, perguntou a D. Isabel quem ela gostaria que fosse o novo primeiro-ministro. A Princesa tinha a resposta na ponta da língua: Nomearia João Alfredo Correia de Oliveira, que assumiu o cargo em 10 de março de 1888 disposto a abolir a escravidão no Brasil sem qualquer indenização aos proprietários de escravos.

A Câmara dos Deputados, por escravocrata que fosse, após negociações preferiu ceder. Além das fugas de escravos, que já ocorriam em massa naquela época, com auxílio de associações abolicionistas e até das próprias autoridades, havia o risco de a regente

dissolver a Câmara dos Deputados e convocar novas eleições, da qual provavelmente resultaria uma maioria abolicionista, deixando muitos dos deputados sem mandato.

João Alfredo Correia de Oliveira tornou-se primeiro-ministro em 10 de março de 1888 e, com o processo legislativo funcionando em velocidade recorde, a Lei Áurea foi sancionada pela Princesa Imperial Regente em 13 de maio de 1888.

Como se vê pela extensão do texto, as dificuldades políticas foram inúmeras e infelizmente a extinção final da escravidão não veio acompanhada de qualquer apoio governamental aos ex-escravos. A ideia de uma reforma agrária não foi abandonada e seria objeto do programa governamental a ser apresentado pelo Visconde de Ouro Preto, sucessor de João Alfredo Correia de Oliveira, no dia 20 de novembro de 1889 à nova Câmara dos Deputados eleita. Cinco dias antes, porém, a marcha do processo foi interrompida pela queda do império.

**FILATÉLICA BRÁSLIA**

**Filatélica Penny Black**
Portal do selo

Agora trabalhando juntas

Conheça nosso novo site de leilões
www.brasiliafilatelia.com.br

Incluimos o acervo do
Marcelo Studart

Grande estoque de selos brasileiros e estrangeiros / Toda linha de materiais filatélicos e numismáticos / Atendemos listas de Brasil, outros países e/ou temas / Compramos coleções de selos

Roberto Silveira
(61) 92000-8401  
E-mail portaldoselo@gmail.com

OFERTAS EM NOSSOS SITES
www.portaldoselo.com.br www.filatelicabrasilia.com.br



6° COLEPO

13 a 15
NOVEMBRO
2026

ENCONTRO DE
COLECIONADORES
Paixão que nos conecta!

COLECIONAR
É GUARDAR
HISTÓRIAS
E FAZER
AMIZADES!

ENCONTRO DE
COLECIONADORES
*Histórias que colecionamos,
amizades que guardamos.*

CADA PEÇA
CONTA
UMA HISTÓRIA!
♡

ÁLBUM
DE SELOS

GRANDES HISTÓRIAS
COMEÇAM COM
PEQUENAS PEÇAS.

das 9 as 17 horas

Local: Centro Histórico de POMERODE
R. Hermann Weege, 111
(Perto da Cervejaria Schornstein/ZOO - Centro)

ENTRADA FRANCA

 Pomerode
Nossa Pequena Alemanha

 (47) 99973-9925 
Luiz(Bino) Mayer

Centenário da Ponte Hercílio Luz

Luis Claudio Fritzen – Florianópolis, SC

Ponte Hercílio Luz é uma ponte pênsil localizada em Florianópolis, no estado brasileiro de Santa Catarina, sendo a mais antiga das três que ligam as partes insular e continental da capital catarinense. É a maior ponte suspensa do Brasil, com 821 metros - sendo também a maior ponte pênsil sustentada por um sistema de barras de olhal ainda existente no mundo - e possui o 132º maior vão pênsil do mundo, com 339 metros. É o símbolo mais famoso da cidade e do estado, sendo a imagem mais reconhecida de ambos. O mirante situado à cabeceira insular proporciona uma das mais belas vistas panorâmicas do Centro de Florianópolis. Na área também está situado o Parque da Luz.



Cartão Postal, 1945

Teve sua construção iniciada em 14 de novembro de 1922 e foi inaugurada em 13 de maio de 1926 – completando agora seu primeiro centenário - com o objetivo de ligar a capital do estado, que na época era apenas na ilha de Santa Catarina, à cidade vizinha de São José, visando substituir o antigo serviço de ligação por balsas e reforçando a importância da cidade como capital. Foi a única ligação rodoviária entre ilha e continente

até 1975. Em 1982, o trânsito na ponte foi interditado após inspeções de segurança. Entre 1988 e 1991, foi reaberta para pedestres, bicicletas, motocicletas e veículos de tração animal, e após isso permaneceu interditada por 28 anos.

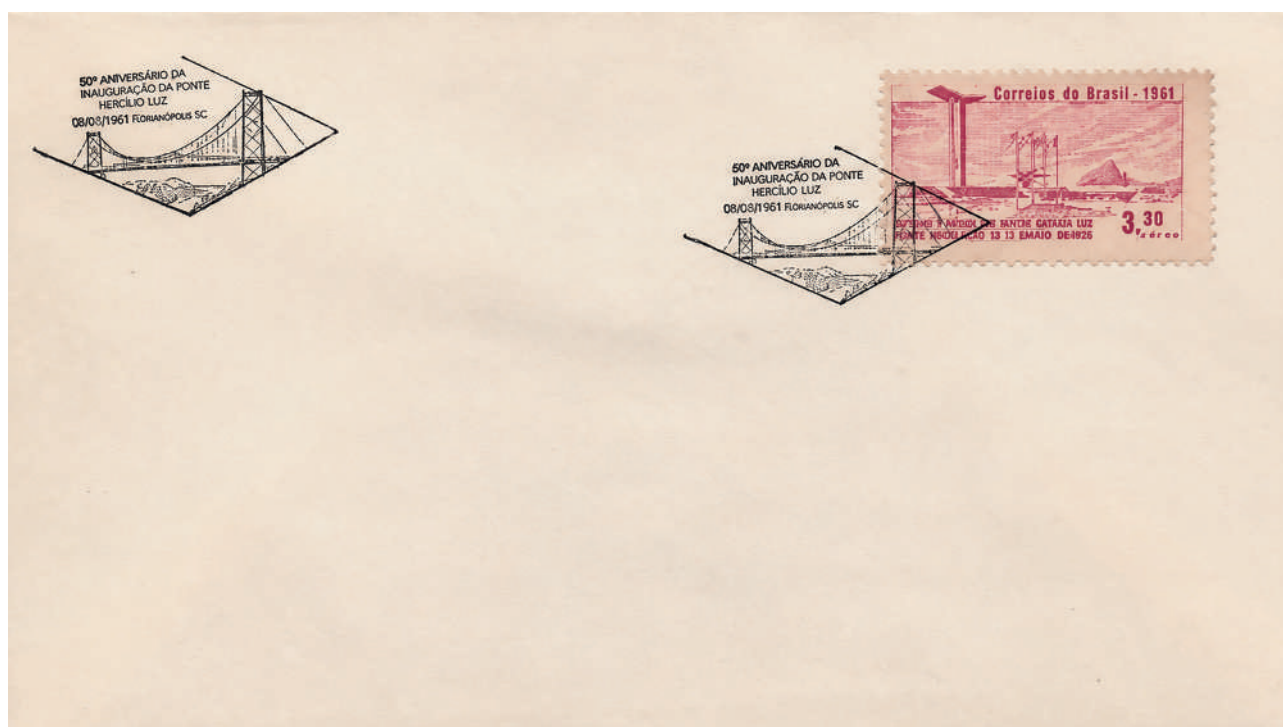
A ponte foi tombada como patrimônio histórico, artístico e arquitetônico do município de Florianópolis em 4 de agosto de 1992, através do decreto de número 637/92. Na data em que comemoraram-se os 71 anos de sua construção, 13 de maio de 1997, o tombamento da ponte Hercílio Luz foi homologado pelo governo estadual através do decreto de número 1830, e no ano seguinte, em 5 de agosto de 1998, veio o tombamento em nível federal.

Esses tombamentos permitiram que a ponte sobrevivesse às ideias de demolição, entretanto, a restauração consumiu recursos e teve diversas polêmicas quanto ao tempo e efetividade das obras, permanecendo por duas décadas sem grandes mudanças. Na década de 2010, as obras finalmente avançaram, levando à reabertura da ponte no dia 30 de dezembro de 2019. Reformada, a ponte reforçou seu status de ponto turístico, com o monumento e seu entorno recebendo muitos visitantes e moradores locais.

A importância do monumento se reflete também na filatélica brasileira. Esteve retratada em selos e carimbos comemorativos.



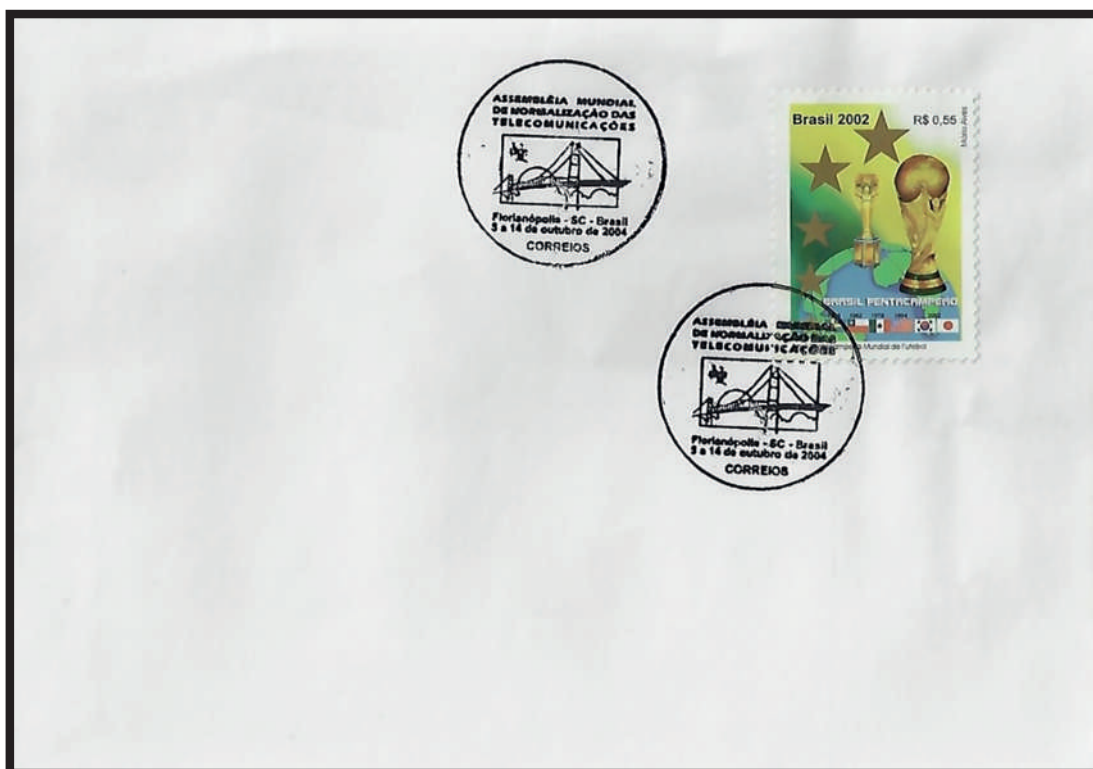
Carimbo comemorativo de 1963, relativo ao 25º aniversário, lançado por ocasião da 1ª Exposição de Filatélica Temática de Santa Catarina



Carimbo comemorativo dos 50 anos da ponte, lançado em 1976



Selo regular, autoadesivo, a serie Turismo do Brasil, emitido em 1997 – apesar de conter o ano por ter sido previsto e adiado o lançamento de 9 de dezembro de 1996.



Carimbo comemorativo, lançado em 2004, por ocasião da Assembleia Mundial de Normalização das Telecomunicações, realizado em Florianópolis



Selo comemorativo, para composição de personalizados, com a serie Encantos de Santa Catarina, a partir de fotografia de Milton Milazzo Jr, emitido em 19 de janeiro de 2012.

La Medalla Chile Independiente

Carlos Torres Gandolfi - Porto Alegre, RS



La exclusiva y única acuñación de las Medalla de 1817, sin Iniciales y sin puntos separadores en la fecha y con un nombre bien económico “UN PESO” todo junto, similar con la iconografía de las monedas de Un Peso Chile Independiente

MEDALLA DE CONDECORACIÓN MILITAR

Es de alto interés realizar un estudio más acabado de este espécimen, no por haber sido de las primeras piezas en ser acuñada en el año 1817, sino porque es una pieza especial fuera de contexto por una exclusiva y única edición nace de la iconografía y elementos muy similares a la serie de las monedas UN PESO CHILE INDEPENDIENTE, y tiene sentido su estudio dado el porqué de sus diferencias y no confundirnos que en rigor sea una moneda, aunque por más haya sido usada como tal, pero su creación estaba dictada para otros fines muy precisos.

Demostraremos a cabalidad realizando un análisis completo de esta pieza. Lo curioso en ella además de no tener las iniciales y que el valor UN PESO, este contenido en una sola palabra: “UN PESO” todo junto (que no quiere decir nada, solo un nombre) y además, que el año no está entre puntos de separación como en las monedas es una cosa que nos llama mucho nuestra atención y es que, el globo ter-

ráqueo, ubicado en la parte superior de la Columna Dórica, es bastante esférico, muy diferente a las monedas que son planos, y cuya representación con surcos profundos que delinean el continente –suponemos– americano.

Las iniciales en las monedas, eran las iniciales del nombre de pila de los ensayadores o químicos, para identificarlos generalmente eran dos, los cuales analizaban a través del ensayo de los metales la Ley de Fino, de las ligas de acuerdo a las ordenanzas, para garantizaban su autenticidad, en las acuñación de las monedas.

Como ellas fueron una de las primeras, no siendo la primera, que se acuñaron en la Casa de Moneda de Santiago, después de su independencia con España. Una parte fue distribuida por el Director Supremo de Chile, General don Bernardo O'Higgins, al General San Martín, no como un pago a los soldados por sus servicios al Ejército, sino como un premio a los que se distinguieran por su valor en la batalla, y para el conocimiento del emblema del árbol de la "Libertad". Llegándose a la conclusión que la moneda de 1817 sin las letras de los ensayadores es una medalla de condecoración militar.

¿MEDALLA O MONEDA?

(Las Piezas sin las Iniciales de los Ensayadores)

“Se mandaron sellar \$4.000, pero no pueden considerarse como monedas, tanto por no tener las iniciales de la autoridad que garantizaba la autenticidad del metal, como porque \$2.000 que se destinaron a las Provincias Unidas de La Plata, para ser distribuidas en el ejército argentino como medallas conmemorativas de la Libertad” (D’Ottone Rudolph, 1982)¹.

No sería de extrañar entonces, que tanto estas medallas otorgadas a los más valientes soldados, junto con las monedas que se pagaron a los soldados que combatieron en las diferentes batallas hayan podido, -este es otro antecedente más- ser utilizadas para ser reacuñadas en Brasil, con un nuevo resello, en momentos en que se produjo la creación de las monedas de 960 reis, como veremos más adelante.

UNA FALSIFICACIÓN O PRUEBA DE CUÑO

Analizando una pieza sin iniciales:

Lo extraño de esta interesantísima pieza Numismática que hemos estudiado detenidamente y de la cual no hemos tenido más constancias para perseverar en la

¹ Horacio D’Óttone Rudolph, publica con su seudónimo “Hechos de Chile” en 1982, Santiago de Chile.

investigación con fuentes documentales, para determinar si fue la primera o la segunda, en su realización y el porqué de su creación.

Nuestra determinación, ha sido recompensada de una manera sorpresiva, gracias a nuestra incesante búsqueda y de los excelentes dispositivos fotográficos que fueron adquiridos básicamente para tener la mejor calidad de imágenes. Es así que por este medio hemos podido determinar algo importante comparando imágenes, que nos mostraron que esta moneda/medalla, y muy posiblemente una “Prueba de cuño”, en donde se da inicio a ella desde la iconografía de UN PESO, CHILE INDEPENDIENTE, moneda que nos llama la atención en este su recordatorio de su Bicentenario. Para este efecto sólo necesitamos analizar el reverso de ella, ya que el anverso de este espécimen no necesita tener alteraciones o cambios en su imagen.

El Reverso:



Comparación de imágenes.





En el área antes de FUERZA, vemos que hay intervención marcada de que se borraron letras, sobre todo, en sobre la “D” de LIBERTAD, una letra “U” y después de ella una letra “E”.



Claramente vemos que la letra “R” es una composición de una letra “P” a la cual se le agrega un pie, para tener una letra “R”. Una: **“Cola de Macaco”**.



El año de 1817 no está entre puntos y las letras de UNION están separadas en forma regular.



Las letras están todas a una misma distancia y la sílaba “SO” caída. Este anverso es el 2° o el 3° anverso de esta acuñación, por lo tanto, no es la primera moneda acuñada de los: PESOS CHILE INDEPENDIENTE.



Corona poco definida en su parte inferior derecha; mar con oleaje plano y cortado en su parte inferior derecho. Número “1” sin su base y nariz recta. La letra “U” en UNION, está próxima de la “N”.



Una sola palabra: “UNPESO”, UN y PESO unidos y la letra “S” caída.



Letra “E” de CHILE y de INDEPENDIENTE incompletas; rayos de la estrella desarmonizados. La letra “U” en UNION, está próxima de la “N”.



Base de la columna en sus extremos diferente y letra “Z” de FUERZA sin su parte superior.



Letra “A” doble en FUERZA.

OBSERVACIONES:

Después de analizar estas tres monedas, en sus anversos y reversos, concluimos que no hay cuños diferentes que puedan definirse como variedades, son producto de un mismo cuño sin modificaciones y sólo pequeños desgastes por el uso de los troqueles en la acuñación de esta moneda especial.

UNAS MONEDAS QUE NO PODEMOS DEJAR DE SEÑALAR:



Un 960 Reis de 1818 ramos dobles, sobre Un Peso Chile Independiente 1817, sin iniciales.



1819R Var. 17-A sobre Chile Independiente 1817, sin Iniciales.



1824R Var. 18-C sobre Chile Independiente 1817, sin iniciales.

**MEDALLA CHILE INDEPENDIENTE 1817,
SIN LAS LETRAS DE LOS ENSAYADORES - RARO / MUY RARO.**

NOTA: “Conozco dos fechas (colecciones de Torres Gandolfi y Alexandre Cabral da Costa). Ya sobre 1818R del Reino Unido, vi cuatro piezas (curiosamente, todas sobre la variante GD-20A). Hay al menos dos ejemplares 1819R: una en la colección de Torres Gandolfi, y la otra, cuya fotografía aparece en el libro de David Levy; además de uno sobre 1824R (colección Torres Gandolfi) y tres bajo 1825R (dos de la colección. Ildemar Margraf, y uno de la colección Irlei Soares das Neves)” Alexandre Cabral da Costa.



La moneda de 1819R sobre la medalla Chile Independiente 1817 (sin iniciales de los ensayadores). Gentileza David Levy.



Moneda de 1819R sobre sobre la medalla Chile Independiente de 1817 (sin iniciales de los ensayadores). Gentileza Luan Catellan.

REFERENCIAS BIBLIOGRATICAS

1. Barros Arana, Historia General de Chile.
2. Cabral da Costa, Alexandre. Revista digita: "UNAN Numismática".
3. D'Óttone Rudolph, Horacio. Hechos de Chile" en 1982, Santiago de Chile.

FUENTES FOTOGRÁFICAS Y LOS AGRADECIMIENTOS A LOS SEÑORES:

Gentileza David Levy. Brasil.

Gentileza Luan Catellan. Brasil.

Alexandre Cabral da Costa. Brasil.

Pedro Vitale y Sergio Rojas: "Al Fin del Mundo". Chile.

A Cunhagem em Ouro no Terceiro Sistema do Padrão Monetário Réis

Juliano Natal – Florianópolis, SC (*)

O terceiro sistema do padrão Réis compreende o período entre 1849 e 1942, quando o padrão monetário proveniente da colônia é substituído pelo Cruzeiro. Neste sistema, foram abertos novos cunhos e em função da pressão inflacionária, foram definidos novos pesos e medidas.

Este artigo agrupa as moedas cunhadas em ouro pertencentes ao terceiro sistema do padrão monetário Réis.

A regulamentação dos novos pesos e medidas das moedas do metal nobre adotados no 3º sistema é estabelecida pelos Decretos nº 475, de 20 de setembro de 1847 e nº 625, de 28 de julho de 1849 para as moedas do Império e pelo Decreto nº 54B de 13 de dezembro de 1889 para as moedas do regime Republicano, atos que constam na coletânea de Leis do Império do Brasil, disponível no site eletrônico da Câmara dos Deputados conforme reproduzido na sequência^{1, 2, 3, 4}:

Decreto nº 475, de 20 de setembro de 1847

“Autorisa o Governo para mandar cunhar moedas de ouro de vinte e dez mil réis, e de prata de quinhentos réis, hum e dous mil réis.

Hei por bem Sanccionar, e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral Legislativa.

Art. Unico. O Governo fica autorizado para mandar cunhar moedas de ouro de vinte e dous quilates dos valores de vinte mil réis, e dez mil réis, e moedas de prata de onze dinheiros dos valores de dous mil réis, hum mil réis e quinhentos réis; revogadas para este fim as disposições em contrario.

Manoel Alves Branco, Conselheiro d’Estado, Ministro e Secretario d’Estado dos Negocios da Fazenda, e Presidente do Tribunal do Thesouro Publico Nacional, o tenha assim entendido, e faça executar com os despachos necessarios. Palacio do Rio de Janeiro em vinte de Setembro de mil oitocentos quarenta e sete, vigesimo sexto da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Manoel Alves Branco.”

Decreto nº 625, de 28 de julho de 1849

“ Marca o peso, toque e valores das moedas de ouro e prata, que se cunharem em virtude da Lei N.º 475 de 20 de Setembro de 1847.

Attendendo ao que dispõe as Leis N.º 401 de 11 de Setembro de 1846, e N.º 475 de 20 de Setembro de 1847; e Tendo ouvido a Secção de Fazenda do Meu Conselho d’Estado, Hei por bem Ordenar:

Art. 1º As moedas de ouro e prata, que se cunharem d’ora em diante, terão o peso, toque e valores seguintes, a saber:

MOEDAS DE OURO

<i>De 5 oitavas, de 22 quilates</i>	<i>20\$0000</i>
<i>De 2 1/2 ditas, idem</i>	<i>10\$000</i>

MOEDAS DE PRATA

<i>De 7 oitavas e 8 grãos, de 11 dinheiros</i>	<i>2\$000</i>
<i>De 3 ditas e 40 ditos, idem</i>	<i>1\$000</i>
<i>De 1 dita e 56 ditos, idem</i>	<i>\$500</i>

Art. 2º As moedas de prata, de que trata o Art. 1º, não serão admittidas, nem na receita e despesa das Estações Publicas, nem nos pagamentos entre particulares (salvo o caso de mutuo consentimento destes) senão até a quantia de vinte mil réis.

Art. 3º A disposição do Artigo antecedente não he extensiva ás moedas de prata nacionaes cunhadas até agora, as quaes serão recebidas nas Estações Publicas pelos valores, que lhes deo o Decreto de 28 de Novembro de 1846; ficando revogadas todas as outras disposições do mesmo Decreto.

Joaquim José Rodrigues Torres, do Meu Conselho, Senador do Imperio, Ministro e Secretario d’Estado dos Negocios da Fazenda, e Presidente do Tribunal do Thesouro Publico Nacional, assim o tenha entendido, e faça executar.

Palacio do Rio de Janeiro em vinte e oito de Julho de mil oitocentos quarenta e nove, vigesimo oitavo da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador:

Joaquim José Rodrigues Torres”

Decreto nº 54B de 13 de dezembro de 1889

“O Marechal Manoel Deodoro da Fonsceca, Chefe do Governo Provisório, constituído pelo Exército e Armada, em nome da Nação, atendendo a que , por ter sido extincto no Brazil o systema monarchico representativo e achar-se estabelecida a forma republicana, torna-se necessário alterar o cunho das moedas de ouro, prata, nickel e bronze actualmente em circulação, resolve aprovar os

desenhos que com este baixam propostos pelo Director interino da Casa da Moeda para servirem de typo `a abertura de cunhos da primeira edição republicana das referidas moedas, substituindo-se nas de ouro o lemma - Liberdade e Patria – pela data de 15 de novembro de 1889; e bem assim autorisar a cunhagem das moedas do novo typo, observadas quanto a peso, modulo, liga, tolerância e quantidade das de cada metal em valor, as disposições dos decretos até agora em vigor.

O Ministro e Secretário do Estado da Fazenda o faça executar.

Sala das sessões do Governo Provisório, 13 de dezembro de 1889, 1º da República

Manoel Deodoro da Fonseca

Ruy Barbosa”.



Figura 1. Traje imperial de Dom Pedro II exposto no Museu Imperial de Petrópolis contendo murça na cor amarela (imagem disponível em https://pt.wikipedia.org/wiki/Traje_imperial_brasileiro⁶)

Dos seis valores monetários produzidos no segundo sistema (1833-1848), apenas a moeda de 10.000 réis, com peso de 14,34 g de ouro, passou a ser cunhada com o novo peso de 8,96 g em função do aumento para 4.000 réis o valor da oitava de ouro (antiga medida de peso proveniente de Portugal, equivalente a 3,5856 g de ouro).

Todas as moedas de ouro do terceiro sistema apresentam bordo serrilhado, com teor de 916,7 % e foram cunhadas na Casa da Moeda do Rio de Janeiro.

A primeira série de moedas em ouro do terceiro sistema, cunhada entre 1849 e 1851, refere-se as moedas de 10.000 e 20.000 conhecidas como papo de tucano, em função da representação do busto do imperador apresentar o manto do traje da coroação, contendo murça adornada com plumas amarelas da ave tucano, alusivo à cultura indígena⁵.

No anverso, além do busto do imperador Dom Pedro II, gravado por Carlos Custódio de Azevedo, as moedas de 10.000 e 20.000 réis trazem a data de cunhagem e a legenda *PETRUS . II. D. G. CONST.IMP.ET.PER.BRAS. DEF* abreviação da inscrição latina *Petrus Secundus Dei Grátia Contitucionalis Imperator et Perpetuus Brasiliae*, significando D. Pedro Segundo, Por Graça de Deus, Imperador Constitucional e Defensor Perpétuo do Brasil.

No reverso, as moedas portam o escudo de armas do Império, encimado pela coroa imperial, ladeado por ramos de tabaco à direita e de café a esquerda. Completa o reverso a inscrição latina *IN HOC S. VINCES* (Por Este Sinal Vencerás) posicionadas horizontalmente, herdada das moedas cunhadas no Brasil Colônia.

Império: 1º Tipo (Papo de Tucano)	Diâmetro (mm)	Espessura (mm)	Peso (g)	Anos de cunhagem
10.000 réis	25,80	1,20	8,96	1849, 1850 e 1851
20.000 réis	30,00	1,80	17,93	1849, 1850 e 1851



Figura 2. Anverso e Reverso da moeda de 20.000 réis da Serie Papo de Tucano cunhada em 1851

Ainda em 1851 foi cunhada a moeda de 20.000 com o novo desenho do averso idealizado por gravador desconhecido, contendo o busto do imperador portando barba e desta vez sem o adorno da murça imperial. No reverso dessa moeda, a inscrição latina passou a ser representada por *IN HOC SIGNO VINCES* acompanhado o contorno circular da moeda e o escudo do império recebe uma pequena reestilização, apresentando de forma mais encorpada.

Império: 2º Tipo	Diâmetro (mm)	Espessura (mm)	Peso (g)	Anos de cunhagem
20.000 réis	30,00	1,80	17,93	1851 e 1852



Figura 3. Anverso e Reverso da moeda de 20.000 réis cunhada em 1852

Entre 1853 até o final do império foram cunhadas a moeda em valor inédito de 5.000 réis e as moedas de 10.000 e 20.000 réis reestilizadas com pequenas mudanças na aparência do busto do imperador Dom Pedro II, correspondendo ao terceiro e último tipo do regime imperial.

Império: 3º Tipo	Diâmetro (mm)	Espessura (mm)	Peso (g)	Anos de cunhagem
5.000 réis	19,40	1,20	4,48	1854, 1855, 1856, 1857, 1858 e 1859
10.000 réis	22,80	1,50	8,96	1853, 1854, 1855, 1856, 1857, 1858, 1859, 1861, 1863, 1865, 1867, 1871, 1872, 1873, 1874, 1875, 1876, 1877, 1878, 1879, 1880, 1882, 1883, 1884, 1885, 1886, 1887, 1888 e 1889.
20.000 réis	30,00	1,80	17,93	1853, 1854, 1855, 1856, 1857, 1858 e 1859, 1860, 1861, 1863, 1864, 1865, 1867 e 1889.



Figura 4. Anverso e Reverso da moeda de 10.000 réis cunhada em 1857

Por fim, a cunhagem de moedas em ouro do 3º sistema avança o regime republicano com as moedas de 10.000 e 20.000 réis, seguindo a mesma razão de pesos e medidas das que circulavam nos últimos anos do Império. De forma geral, o busto de D. Pedro II e o escudo das armas imperiais contendo a coroa imperial foram substituídos por alegorias, lemas da República e pela menção da data em que foi proclamada o novo regime de governo.

O reverso da moeda de 10.000 réis, única moeda de ouro do terceiro sistema monetário que apresenta o valor impresso, exalta uma alegoria que traz Armas da República e acima a legenda *ORDEM E PROGRESSO* entre duas estrelas. Seu anverso contém o busto de mulher, portando o barrete frígio (espécie de touca ou carapuça) que representa a liberdade e a República. Abaixo no lado direito da figura, encontra-se as iniciais F.C. referente ao gravador Francisco José Pinto Carneiro e o ano de cunhagem entre estrelas e a Legenda *REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRAZIL* – primeira denominação do País utilizada em algumas moedas até 1965.

O reverso da moeda de 20.000 réis da república traz um colar com 21 estrelas representando os estados brasileiros e a capital republicana, ao centro, sob o fundo linhado horizontal (cor azul na heráldica 7), estão cinco estrelas da constelação Cruzeiro do Sul, esta adotada como um dos símbolos da República, a legenda *ORDEM E PROGRESSO* entre duas estrelas e a data de *15 DE NOVEMBRO DE 1889*, lembrando o marco da Proclamação da República.

No anverso da moeda de 20.000 réis possui praticamente o mesmo desenho e legenda do anverso que consta na moeda republicana de 10.000 réis, diferenciando apenas a ausência do círculo que contorna o busto feminino.

República	Diâmetro (mm)	Espessura (mm)	Peso (g)	Anos de cunhagem
10.000 réis	22,80	1,50	8,96	1889, 1892, 1893, 1895, 1896, 1897, 1898, 1899, 1901, 1902, 1903, 1904, 1906, 1907, 1908, 1909, 1911, 1914, 1915, 1916, 1919, 1921 e 1922
20.000 réis	30,00	1,80	17,93	1889, 1892, 1893, 1895, 1896, 1897, 1898, 1899, 1900, 1901, 1902, 1903, 1904, 1906, 1907, 1908, 1909, 1911, 1912, 1913, 1914, 1917, 1918, 1921 e 1922



Figura 5. Reverso e Anverso da moeda de 10.000 réis cunhada em 1889



Figura 5. Reverso e Anverso da moeda de 20.000 réis cunhada em 1897

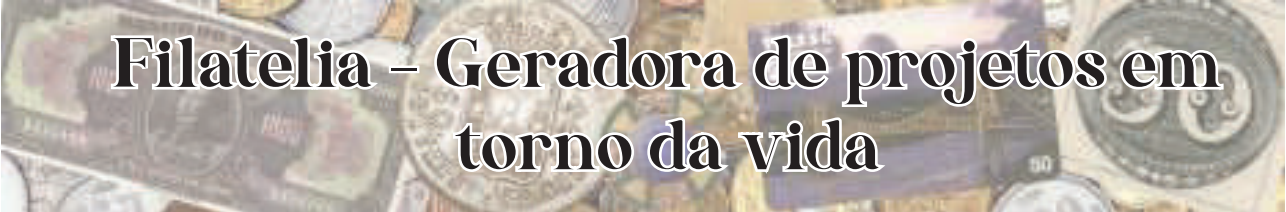
Com a produção dos 10.000 e 20.000 réis da república tem-se um aspecto importante para a numismática brasileira: é encerrada a utilização do metal ouro para a cunhagem de moedas de circulação comum. Até então, o poder aquisitivo da moeda representava seu lastro de peso em ouro e as moedas de menor valor, cunhadas em outros metais como a prata e o cobre, seguiam a equivalência com o metal nobre. Com a inflação acentuada e consequente desvalorização do padrão monetário, as moedas de ouro, acabavam valendo mais pelo seu peso em ouro do que pelo seu valor nominal de circulação. Até 1891 as moedas de ouro de 10.000 e 20.000 réis circulavam normalmente, contudo a partir dessa data e até 1922, as produções em ouro foram realizadas a pedidos de particulares para pagamentos de compromissos de importação. Segundo Gallas 8, as moedas de 20.000 réis, com peso de 17,93 g, em 1922 valiam no mercado do ouro cerca de 100.000 réis.

Referências

1. <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-475-20-setembro-1847-560225-publicacaooriginal-82886-pl.html>. Acesso em 20 de abril de 2026;
2. <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-475-20-setembro-1847-560225-publicacaooriginal-82886-pl.html>. Acesso em 20 de abril de 2026;
3. <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-54-b-13-dezembro-1889-504306-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso realizado em 20 de abril de 2026;
4. Maldonado, Rodrigo. **Moedas Brasileiras: Catálogo Oficial**, 2ª edição. MBA Editores, 2014;
5. Schwarcz, Lilian Moritz. **As Barbas do Imperador – Dom Pedro II: Um Monarca nos Trópicos**, 1ª Edição, Companhia das Letras, São Paulo, 1999;
6. https://pt.wikipedia.org/wiki/Traje_imperial_brasileiro. Acesso realizado em 22 de abril de 2026.
7. NATAL, Juliano. Simbologia das Cores na Numismática Brasileira - Boletim Associação Filatélica e Numismática de Santa Catarina no 81, março de 2024;
8. Gallas, Fernanda D. e Gallas, Alfredo O.G. **As Moedas Contam a História do Brasil**, Editora Magma Cultura, Rio de Janeiro, 2007.

(*) Juliano Natal

E-mail: juliano_natal@yahoo.com



Filatelia – Geradora de projetos em torno da vida

Lourdinha Fonseca – Brasília, DF

Novamente estou escrevendo, sem nostalgia, sobre o que mais gosto de propagar e mostrar aos especiais leitores das publicações filatélicas.

Peço licença aos filatelistas avançados, e até mesmo aos iniciantes, para recordar alguns projetos de uma época em que eu gerenciava os processos de programação, pesquisa, criação, produção, emissão e lançamento das emissões que compunham a programação filatélica anual dos Correios. Essa área, em períodos específicos, contou com outros grandes gestores, porém, aqui, tratarei do que contou com minha atuação direta.

A tarefa não era fácil. Envolvia fatores de ordem sociocultural, histórica, técnica e administrativa em torno das particularidades dos temas definidos para os selos e das pessoas e instituições a eles associadas. O grau de complexidade dependia da natureza do tema a ser abordado.

Sempre considerei uma emissão de selos um projeto a ser desenvolvido, com etapas bem planejadas, custos definidos e metodologia compatível com as normas da empresa, dado o envolvimento técnico sério e competente de profissionais comprometidos com o sucesso da emissão e seu lançamento no mercado.

Assim, de 1984 a 2016, acompanhei a rotina de um Departamento onde, entre outras frentes, a Filatelia foi a atividade que mais me encantou e demandou esforços e habilidades em torno dos assuntos abordados e do relacionamento com o fantástico universo dos selos, onde os colecionadores se organizavam em Clubes e Associações Filatélicas sob o olhar atento da Federação Brasileira de Filatelia - FEBRAF, instituição representativa da Filatelia no Brasil e no mundo.

Logo que ingressei na área filatélica, me foi informado que nada poderíamos realizar sem o aval da FEBRAF, e, por essa razão, sempre busquei aconselhamento em projetos mais complexos, a fim de obter o máximo de resultados em nossas emissões, ajustando-as o máximo possível às necessidades dos colecionadores, sempre ávidos por motivos temáticos alinhados às suas coleções e práticas filatélicas.

Com essa movimentação em torno da Filatelia, sempre considerei a oportunidade de tornar o selo o comunicador eficaz e nobre de tudo o que estivesse propagando por meio de sua beleza iconográfica. Era comum, quando ocorria a solenidade de lançamento de um selo, que as pessoas procurarem os Correios a fim de colher informações sobre a possibilidade de emissão de selos para seus eventos comemorativos. O panorama sociocultural do Brasil, nas décadas de 80 e 90, era propício ao desenvolvimento da Filatelia, em todos os aspectos.

A Maximafilia, a Marcófilia e os Inteiros Postais demandavam emissões de selos de forte apelo no campo dos temas históricos, socioculturais e ambientais. Além do selo postal, eram cuidadosamente planejadas as peças filatélicas a ele associadas, colocando os filatelistas frente a frente com inúmeras possibilidades de composição de peças como os Máximos Postais, Envelopes de 1º Dia e temáticos diversos, que impulsionavam o fascinante mundo do colecionador e, conseqüentemente, o mercado filatélico.

O Brasil acompanhava as tendências mercadológicas internacionais e, com sua diversidade cultural e valores oferecia, e ainda oferece, uma gama incrível de oportunidades de emissões de selos de interesses vários. À época, os Correios patrocinavam, sempre com a parceria e aval da FEBRAF e participação dos Clubes e Associações, as Exposições Filatélicas Internacionais, Nacionais e Regionais, onde os filatelistas buscavam o reconhecimento ao seu trabalho por meio das premiações que conseguissem obter nesses extraordinários certames. As Exposições Filatélicas, até hoje, movimentam esse universo, atraindo o interesse de novos adeptos ao mundo dos selos.

Enquanto assistia o primeiro jogo do Brasil na Copa do Mundo de 2026, em 13 de junho, me veio a lembrança de alguns projetos que desenvolvi em minha jornada, como o Campeões do Mundo de Futebol, envolvendo todos os Países Campeões do Século 20 – Brasil, Argentina, Alemanha, Itália, França, Uruguai e Inglaterra. Imaginem a tarefa de juntar essas Nações em torno de uma emissão conjunta. Foram realizadas reuniões no Brasil e no exterior a fim de cumprir as etapas do trabalho, onde os Correios envolvidos interagissem com o mesmo entusiasmo que o Brasil. E lá fomos, primeiro para uma reunião em Montevideu/Uruguai, onde representantes dos Correios envolvidos deram o pontapé inicial. Nessa reunião, o projeto foi apresentado, com o objetivo de acertar as questões em torno dos interesses de todos. Ali se decidiu que cada Correo apresentaria um projeto de arte/leiaute dos selos e da estampa correspondente, a fim de que fosse eleito o melhor trabalho. Todos estavam certos da missão a ser cumprida, nos prazos estipulados. Dias depois, sempre com o Brasil capitaneando o jogo, foi eleito o trabalho artístico apresentado pelos Correios da Alemanha, com o selo redondo, projeto adotado para a emissão conjunta.



Fonte da Imagem: Filatelia 77

Vejam que bela emissão. Lembro-me que um comerciante do Uruguai enviou a sua esposa à cerimônia de lançamento, no Rio de Janeiro, que contou com a presença do Rei Pelé e outras autoridades do Futebol, para que esta efetuasse a compra de considerável quantidade desses selos. Dias depois ouvi um comentário de que esse comerciante receou que os selos se esgotassem em pouco tempo e que não conseguisse a quantidade desejada.

Outro projeto grandioso foi o dos 500 anos do Descobrimento do Brasil. Os Correios do Brasil trabalharam com maestria esse tema, inclusive realizando a LUBRAPEX



2000, na Bahia. Os selos dessa emissão foram selecionados por meio eletrônico, via internet, quando os brasileiros de norte a sul, puderam escolher as imagens representativas dos 500 anos de nossa história. Certamente, todos os selos e as peças filatélicas desse tema, no Brasil e em Portugal, já seria conteúdo suficiente para uma bela coleção.

Também merece destaque o projeto dos 200 anos da chegada da Família Real Portuguesa ao Brasil, quando selos e eventos marcantes foram realizados em todo o país, e a Filatelia uniu Brasil e Portugal em torno de uma emissão conjunta. Esses 200 anos foi a motivação em torno dos 200 anos de outras instituições criadas à época, a fim de atender as necessidades da Família Real em nossas terras. Os filatelistas puderam compor suas coleções com selos, peças diversas associadas ao tema e carimbos comemorativos. A Filatelia era só criatividade e compromisso, trazendo para o século 21 a grandiosidade do passado histórico brasileiro.



Fonte da Imagem da Quadra: Pesquisa Google
– Site Selos e Filatelia

Outro expressivo projeto foi o da Missão Centenário 1906 - 2006, quando um se-tenant de três selos foi emitido em plena Estação Espacial Internacional, pelo astronauta brasileiro Marcos Pontes. Foram meses de conversa em torno do planejamento, criação das peças, produção na Casa da Moeda e as providências de emissão no espaço, com transmissão via Embratel. Contamos com o apoio da Estação Espacial Brasileira – AEB, que intermediou a logística necessária para o envio do material de lançamento à Estação Espacial Russa, bem como a orientação sobre os procedimentos de carimbação dos selos e do Envelope de Primeiro Dia de Circulação sobre o tema. Foi evidente o sentimento de honra dos Correios do Brasil por mostrar ao mundo inteiro, com os recursos da avançada tecnologia, uma emissão tão importante.



Missão Centenário – 1906 - 2006

Recordar é necessário, pois reforça os valores da Filatelia, buscando a imortalidade de pessoas geniais e de acontecimentos relevantes da história do homem em qualquer dimensão. Tudo o que é importante, se ainda não foi pode ser foco no mundo dos

selos. A internet veio agilizar e promover as mudanças necessárias no campo filatélico, onde essa prática se tornou ainda mais atraente e desafiadora.

Hoje, temos as comunicações agilizadas por meio das Redes Sociais oferecendo aos colecionadores, pesquisadores, comerciantes e interessados em ingressar nesse mundo fantástico as oportunidades de obter conhecimento, de navegar em sua diversidade e, principalmente, de fazer amigos, com os quais poderá compartilhar interesses, percepções, dúvidas, curiosidades e intenções sobre o universo filatélico. Tudo de forma rápida e convincente.

Os Correios continuam firmes, produzindo belos selos e praticando essa comunicação universal de forma ajustada às suas possibilidades e atuais estratégias. É certo que a história continua viva e escrita por pessoas comprometidas em selar o que realmente tem valor histórico, bibliográfico e iconográfico. Os selos representam a verdade dos fatos que acontecem em todos os tempos e representam essa força por meio da arte.

Os projetos são numericamente volumosos. Basta comparecer a uma Exposição de Selos para comprovar a diversidade de temas e os interesses expressos pelos colecionadores, que participam das classes expositivas. Hoje já temos exposições de selos, Leilões e publicações virtuais, sob a gestão de instituições dedicadas à Filatelia como Federações, Clubes e Associações.

A Programação de selos de 2026, dos Correios, está muito expressiva. Tomo a liberdade de colocar, aqui, a emissão dedicada à cantora Rita Lee, muito apreciada por sua história e talento. E, também o Bloco do Centenário da Federação Internacional de Filatelia – FIP. A presença do Brasil, na FIP, é forte, pois nessa Instituição Internacional temos um dos grandes Filatelistas que muito colaborou com o meu trabalho em Exposições Internacionais e que admiro – Reinaldo Macedo.



Aqui termino, deixando apenas um pouco do que fiz enquanto gestora dos Correios, mas, também, a minha gratidão aos amigos que por mim passaram, que me apoiaram e compreenderam minhas dificuldades em torno de alguns projetos ao longo da jornada.

Tenho um coração marcado pela gratidão a Deus por ter me permitido trabalhar em uma empresa grandiosa, com missão voltada aos nobres valores como o de promover a comunicação e integração entre pessoas e nações. Essa missão recomenda a PAZ entre os povos de todas as Nações.

Falando de PAZ, hoje me pergunto, ante os episódios de guerra em várias partes do mundo, se eu teria a mesma tranquilidade e segurança em meu trabalho. Eu teria como visitar as inúmeras Embaixadas, no Brasil, para tratar das emissões



conjuntas da Série Relações Diplomáticas? Eu teria como visitar os países por onde andei com a certeza de ir e vir com alegria e serenidade? Conclui que sim, pois a Filatelia é a mensageira da PAZ na medida em que comunica valores que negam a violência de qualquer natureza e recomendam o bem-estar do homem e a harmonia universal.

E-mail: lolo.fonseca@yahoo.com.br

As emissões da “*Caisse Centrale de La France Libre*”¹ durante a 2ª Guerra Mundial

Marcelo Rovere Sandoval – Montreal, Canadá



Figura 1 – Anverso da cédula de 100 francos da “*Caisse Centrale de La France Libre*”, número de série PA 041,887, P.13, Saint Pierre e Miquelon, c.1943 (155 X 98 mm). Concepção: Edmund Dulac². Impressor: Bradbury & Wilkinson – Londres (BWC). Duas assinaturas: do Diretor Geral, A. Diethelm e do Presidente do Conselho de Fiscalização, Pleven. No centro temos “*Marianne*”, figura simbólica

da República Francesa e de seus valores, liberdade, igualdade e fraternidade³. Filigrana: uma tocha com as iniciais F L (“*France Libre*”). Nesta cédula consta o órgão emissor, qual seja a *Caixa Central da França Livre*, e não faz referência direta ao país ou território para qual foi emitida. Na época foram emitidas cédulas de 100 francos, deste modelo, para quatro territórios distintos, quais sejam para a África Equatorial Francesa, Saint Pierre e Miquelon, Reunião e Guiana Francesa. A identificação se faz pelo número de série, no caso PA 041,887 corresponde a *Saint Pierre e Miquelon* (entre PA 000 001 à PA 070 000⁴). É uma cédula rara. Seis exemplares conhecidos: PA 003,436; PA 011,912; PA 02?,?94; PA 034,183; PA 041,887 e PA 058,234.

A “*França Livre*”

A França livre foi um governo em exílio de resistência militar e política proclamado em Londres pelo General De Gaulle, após seu apelo de 18 de junho de 1940. No dia anterior, 17 de junho, Philippe Pétain, chefe do governo da Terceira República, havia convocado as forças armadas francesas ao cessar-fogo durante as negociações do armistício com a Alemanha nazista, que foi assinado em 22 de junho.

1 Em língua vernácula temos a “*Caixa Central da França Livre*”.

2 Ilustrador franco britânico (1882-1953) que desenhou as cédulas da *Caixa Central da França Livre*.

3 A obra “*La liberté guidant le peuple*” (“*A liberdade guiando o povo*”) de Eugène Delacroix, realizada em comemoração da Revolução de 1830, onde Marianne é retratada, foi a inspiração para a Efígie da República do Brasil, já aparecendo nas primeiras cédulas republicanas (1890) e nos dias de hoje orna as cédulas do Real.

4 As de numeração PA 070,001 à PE 1,000,000 foram perdidas no Atlântico em março de 1943 quando vinham da Inglaterra. Existem specimens com a numeração entre PA 070,001 à PE 1,000,000.

O governo de resistência (Forças Francesas Livres) se uniu aos Aliados na luta contra as forças do Eixo, dando apoio à resistência (Força Francesa do interior) e estabelecendo estratégias em várias colônias francesas, como o estabelecimento de um órgão de emissão (*Caisse Centrale de La France Libre*) apartado da França metropolitana, que era controlado pelo Regime de Vichy⁵.

Em 13 de junho de 1942, a França Livre foi rebatizada “França Combatente”. Interessante notar que oficialmente o Governo em exílio chegou ao fim com a reconquista da África do Norte, quando o Governo da França Livre deixou Londres para se instalar em Argel. A Argélia era um departamento francês, considerado a muito tempo como sendo parte da França Metropolitana, por isso, o Governo da França Livre passou a ter uma sede física na “França” propriamente dita, como se estivesse na “França européia” e não como um governo em exílio⁶. Mas o que nos interessa aqui é que a denominação da *Caisse Centrale de La France Libre*⁷ permaneceu a mesma, já que as cédulas já haviam sido impressas.



Figura 2 – Anverso da cédula de 1000 francos do “*Caisse Centrale de La France Libre*”, número de série TA 174,539, P.16A, Guiana Francesa, c.1943? (185 X 112 mm). Concepção: Edmund Dulac. Impressor: *Bradbury & Wilkinson* – Londres (BWC). Duas assinaturas: do Diretor Geral, *A.*

Diethelm e do Presidente do Conselho de Fiscalização, *Pleven*. No centro temos uma fênix renascendo das cinzas, simbolizando o ressurgimento da França. Neste caso a identificação da cédula como sendo da Guiana Francesa se fez através de carimbos “*Guyane Française*”. Estes bilhetes teriam sido emitidos apenas em 1946 (TA 175,001 à 190,000). Na época foram emitidas cédulas de 1000 francos, deste modelo, para cinco territórios distintos, quais sejam a África Equatorial Francesa, Saint Pierre e Miquelon, Reunião, Guiana Francesa e Martinica. Apresenta um carimbo de anulação na diagonal “*Annulé*”.

5 Foi um regime político autoritário e colaboracionista instaurado pelo Marechal Philippe Pétain, de 1940 a 1944, cuja sede foi instalada na cidade de Vichy, sendo esta a capital francesa de 1940 à 1944.

6 O Marrocos e a Tunísia eram protetorados.

7 Em 1944 passou a se chamar “*Caisse Centrale de la France de Outre-mer*”.

A “Caisse Centrale de la France Libre”

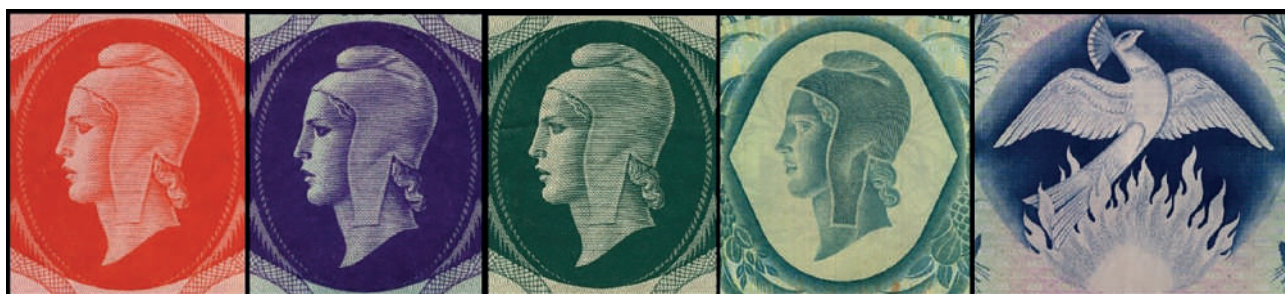


Figura 3 – Medalhões centrais das cédulas de 5 (P.10), 10 (P.11), 20 (P.12), 100 (P.13) e 1000 (P.14) francos, da África Equatorial Francesa (c.1941) e semelhantes as cédulas de Saint Pierre e Miquelon, Reunião, Guiana Francesa e Martinica⁸. As quatro primeiras imagens são de *Marianne* (desenhos semelhantes, mas com diferenças observáveis) e a última de uma fênix renascendo das cinzas. Todos os desenhos são de Edmund Dulac. A gravação e a impressão foram realizadas pela *Bradbury & Wilkinson* – Londres (BWC).

A “*Caisse Centrale de la France Libre*” (CCFL) foi um banco de emissão criado pelo General De Gaulle através da Ordenança de 2 de dezembro de 1941 em Londres. Ele servia de banco central para os territórios ligados à França Livre durante a 2ª Guerra Mundial e contava com o apoio financeiro do Banco da Inglaterra. A sede da Caixa se situava no número 9, *Princes Street*, em Londres, em frente ao Banco da Inglaterra, em um imóvel que foi atingido por uma bomba V-1 e que não existe mais nos dias de hoje.

A Caixa realizou emissões semelhantes para a África Equatorial Francesa, Saint Pierre e Miquelon, Reunião, Guiana Francesa e Martinica.

Todas as cédulas foram desenhadas por *Edmund Dulac* e impressas pela *Bradbury & Wilkinson* – Londres (BWC), bem como, trazem as assinaturas de *A. Diethelm* (Diretor Geral) e de *Pleven* que era o Presidente do Conselho de Fiscalização da CCFL.

Apenas a África Equatorial Francesa e Saint Pierre e Miquelon emitiram todos os valores, quais sejam, 5, 10, 20, 100 e 1000 francos. A Reunião emitiu as de 5, 100 e 1000 francos. A Guiana Francesa as de 100 e 1000 francos e finalmente a Martinica emitiu apenas a de 1000 francos.

A Caixa ainda realizou emissões para as Novas Hébridas⁹ através de superimpressão em cédulas do Banco da Indochina que haviam sido impressas para a Nova

⁸ Veja a tabela das emissões, nem todos os valores foram emitidos para cada território. A Martinica, por exemplo, teve apenas a cédula de 1000 francos (Fênix) emitida.

⁹ As Novas Hébridas eram um condomínio franco-britânico (1906-1980) que se tornou independente com o nome de Vanuatu.

Caledônia. Estas diferem das demais emissões da France Livre e não vamos tratar delas nestes apontamentos.

Em 1944 a “*Caisse Centrale de la France Libre*” (CCFL), passou a se chamar “*Caisse Centrale de la France de Outre-mer*” (CCFOM). Sua missão se reorientou para o desenvolvimento econômico dos territórios.

A “*Caisse Centrale de la France de Outre-mer*” deu sequência as emissões nos territórios que mencionamos e utilizou cédulas semelhantes as da França Livre, alterando-se o nome da Caixa e a legislação, que passou a ser a Ordenança de 2 de fevereiro de 1944. Sobre estas emissões, mesmo semelhantes a estas que tratamos, realizaremos apontamentos posteriores.

Além das duas Caixas que se sucederam utilizando cédulas semelhantes com algumas alterações que dificultam a classificação, temos ainda as cédulas do Tesouro Central que foram emitidas para a circulação apenas na França metropolitana, que também não são objeto destes apontamentos, mas que são semelhantes as das duas Caixas apontadas. A semelhança é devido ao fato que a autoria dos desenhos são todas de Edmund Dulac e do impressor *Bradbury & Wilkinson* –Londres (BWC).



Figura 4 – Reverso do *specimen* da cédula de 100 francos da “*Caisse Centrale de La France Libre*, África Equatorial Francesa (P.13), c.1941 (155 X 100 mm). As cédulas de 100 francos de Saint Pierre e Miquelon (P.13), da Reunião (P. 37) e da Guiana Francesa (P.16), apresentam este mesmo reverso. A Martinica apenas emitiu a cédula de 1000 francos.

No centro temos uma Alegoria do Comércio, acima temos a menção à ordenança que criou o *Caixa Central da França Livre* (Ord. du 2 de Dec. 1941). Abaixo temos os dizeres do Artigo 139 do Código Penal francês – “*O Artigo 139 do Código Penal puni com trabalhos forçados aqueles que falsificarem ou adulterarem cédulas de banco autorizadas por lei assim como aqueles que fizerem uso dessas cédulas falsificadas ou adulteradas.*”. Interessante notar que aqui o Governo em exílio utiliza a legislação da França que se encontrava sob administração do Marechal Pétain, um Governo colaboracionista com a Alemanha Nazista.



Figura 5 – Anverso da cédula de 5 francos da “*Caisse Centrale de La France Libre*”, número de série AC 046,758, P.10, África Equatorial Francesa, c.1941, (163 mm X 95 mm). No medallhão temos Marianne. Na margem branca, no canto inferior esquerdo, temos a inscrição: “Edmund Dulac DEL¹⁰”, quer dizer, quem desenhou. Impressão: *Bradbury & Wilkinson* – Londres (BWC).

As emissões do “*Caisse Centrale de la France Libre*”

	5 francos	10 francos	20 francos	100 francos	1000 francos
África Equatorial Francesa (c.1941)	P.10 (114 X 73 mm)	P.11 (125 X 75 mm)	P.12 (135 X 75 mm)	P.13 (155 X 100 mm)	P.14 (185 X 112 mm)
Saint Pierre e Miquelon (c.1943)	P.10 (AA 000 001 – AA 030 000)	P.11 a. (FA 000 001 – FA 015 000) b. (2 520 001 – 2 533 120)	P.12 (LA 000 001 – LA 030 000)	P.13 (LA 000 001 – LA 030 000)	P.14 a. (TA 000 001 – TA 030 000) b. (TA 275 001 – TA 295 000)
Reunião (c.1943)	P.36 (AN 100 001 – AN 260 000) (07.1944)	–	–	P.37 a. (PA. 270 001 – PA 470 000) b. (PB 700 001 – PB 900 000) (01 – 1945) c. (PE 590 001 – PF 090 000) 31.12.1945)	P.38 (TA 030 001 – TA 060 000) (TA 215 001 – TA 235 000) (TA 255 001 – TA 275 000)
Guiana Francesa (c.1943?)	–	–	–	P.16 Fundo de segurança próprio	P.16A handstamp : GUYANE FRANÇAISE
Martinica (c.1943)	–	–	–	–	P.22 Overprinting: Martinique

Na tabela temos a África Equatorial Francesa, que agrupava os territórios do Gabão, o Congo francês (uma parcela do atual Congo Brazzaville e do Gabão), o

10 DEL.: do latim “delineavit”, aquele que desenhou.

Ubangui-Chari (atual República Centro Africana) e o Chade. O Chade foi o primeiro destes territórios a aderir às Forças francesas livres do General *De Gaule*, em agosto de 1940, o que foi seguido pelos demais naquele mesmo ano. A identificação das cédulas se faz através da numeração e por exclusão. Se os números não correspondem aos outros territórios, a cédula é da África Equatorial Francesa (Veja Figuras 4 e 5).

Na sequência temos Saint Pierre e Miquelon que é um pequeno arquipélago de oito ilhas situado no Atlântico Norte (242 Km²), próximo à ilha de Terra Nova no Canadá. Trata-se de uma “*Collectivité territoriale d’outre-mer*” (Coletividade territorial de Ultramar). Estas ilhas pertencem à França e são remanescentes do antigo império colonial francês nas Américas.

Interessante notar que este minúsculo território foi o primeiro a ser libertado na 2ª Guerra Mundial¹¹. As forças francesas livres (FFL) ocuparam a ilha em 24 de dezembro de 1941 encerrando o controle do regime de Vichy.

Este evento foi importante para o General *De Gaule* para estabelecer sua legitimidade como movimento de resistência e Governo francês em exílio. A ação provocou um incidente diplomático com o Canadá e com os Estados Unidos, que ainda não haviam reconhecido a legitimidade da FFL.

A população deste território em 1941 era de aproximadamente 4100 habitantes¹². Um plebiscito realizado após a ocupação confirmou o apoio a France livre em 98%.

A identificação das cédulas se faz pela numeração. Saint Pierre e Miquelon emitiu as cédulas da Caixa Central da França Livre apenas em 1943. (Veja Figura 1).

A ilha da Reunião foi liberada em 28 de novembro de 1942 com a derrubada do Governo fiel a Vichy. Emitiu apenas 3 valores em 1943. A identificação se faz pela numeração.

A Guina Francesa se uniu à França Livre em 16 de março de 1943. Emitiu apenas dois valores, 100 e 1000 francos. A identificação se faz pelo **carimbo** “*Guyane Française*” (Veja Figura 2) e no caso da cédula de 100 francos pelo fundo de segurança e pelo dois medalhões laterais que trazem o nome “*Guyane*” (Veja Figura 10).

A Martinica aderiu à França Livre em 14 de julho de 1943, após a revolta da população contra o Governo de Vichy.

A ilha emitiu apenas um valor, 1000 francos. A identificação se faz pela **superimpressão** “*Martinique*”.

11 A África Equatorial Francesa aderiu sem resistência em 1940.

12 Em 2023 a população era em torno de 5790 habitantes.

Aqui fizemos a distinção entre carimbo (*handstamp*)¹³, impressão realizada manualmente e superimpressão (*overprinting*)¹⁴, que é a impressão realizada com um instrumento mecânico.



Figura 6 – Detalhe do anverso da cédula de 1000 francos (P.22) da Martinica, c.1943. Acima da fênix podemos ver a superimpressão, “*Martinique*”, sendo facilmente identificável. (Veja Figura 6)



Figura 7 – Anverso da cédula (*proof*)¹⁵ de 5000 francos da “*Caisse Centrale de La France Libre*”, número de série –, P.14A, África Equatorial Francesa, c.1941. Esta cédula não consta na tabela que elaboramos para as emissões da “*Caisse Centrale de la France Libre*”, eis que **não foi emitida**, apenas foram realizadas provas. No medalhão temos Marianne,

mais combativa que a versão “original” da pintura de Delacroix. O desenho também é de Edmund Dulac. Impressão: BWC.

Bibliografia

PICK, Albert. *Standard Catalog of World Paper Money – General Issues*, Edited by Tracy L. Schmidt, Krause Publications, 16th Edition, Iola/USA, 2016.

WIKIPÉDIA (pesquisas diversas).

E-mail: sterlingnumismatic@hotmail.com

¹³ No caso da cédula de 1000 francos da Guiana Francesa.

¹⁴ No caso da cédula de 1000 francos da Martinica

¹⁵ Uma cédulas “*proof*” ou prova em linguagem vernácula, é uma elaboração técnica anterior a versão definitiva. O objetivo é de verificar a qualidade da gravura, o alinhamento das placas, a adequação do motivo e outros detalhes técnicos antes da impressão definitiva. O *specimen* já é o modelo completo, pronto para a impressão em massa.

ANEXOS:



Figura 8 – Cédulas da África Equatorial Francesa emitidas pela “Caisse Centrale de la France Libre” impressas por Bradbury & Wilkinson – Londres (BWC).



Figura 9 – Anverso da cédula de 100 francos da “Caisse Centrale de la France Libre”, número de série PF 113, 549, P.16, Guiana Francesa, c.1943 (155 X 100 mm). Esta cédula é semelhante às demais cédulas da Caixa, inclusive a Figura 1, mas apresenta um fundo de segurança próprio, com a inscrição “Guyane” em desenhos trama-

dos, além de apresentar a mesma inscrição nos dois medalhões laterais. No entanto, o desenho permanece o mesmo. Concepção: Edmund Dulac. Impressão: Bradbury & Wilkinson – Londres (BWC). Fonte da imagem: CGB/Paris.



Figura 10 – Reverso da cédula (*proof*) de 5000 francos da “Caisse Centrale de La France Libre”, número de série –, P.14A, África Equatorial Francesa, c.1941 (veja Figura 7). Temos o lema nacional da França, Liberdade, Igualdade e Fraternidade, a Declaração dos Direitos do homem e uma balança

representando a Justiça. Concepção: Edmund Dulac. Impressor: *Bradbury & Wilkinson* – Londres (BWC).

a Numismática cuida de sua saúde!!!
Depressão • Ansiedade • Estresse

PRESERVE A SUA COLEÇÃO

prazer • relaxamento • entretenimento • conhecimento
 geografia • finanças • história

vendas@etiketa.net.br
 (47) 999-739-925

**# COIN HOLDER # ÁLBUNS # CAIXAS # ETIQUETAS #
 #Folhas p/ CÉDULAS e MOEDAS # EXPOSITORES #**

Nem Monumento, Nem Réu¹

José Carlos Sebe Bom Meihy² - Guaratinguetá, SP

Nos últimos 15 anos, calorosos debates sobre racismo na obra e nas posições pessoais de Monteiro Lobato emergiram no meio intelectual, envolvendo críticos literários, educadores e militância negra, guiados, quase sempre, por passagens de cartas fora de contexto e cenas isoladas de sua ficção. Para autor do texto a seguir, a contenda polarizada pouco esclarece se não adotar a metodologia de uma pesquisa histórica, com periodização rigorosa das variações de pensamento de Lobato em relação ao eugenismo.

A polêmica sobre as relações de Monteiro Lobato com o eugenismo e o racismo sofre de um problema de origem que raramente é nomeado: ela emergiu publicamente com força apenas em 2011, quando a revista Bravo! publicou cartas inéditas do escritor endereçadas ao médico Arthur Neiva. Instalou-se, desde então, sobretudo no campo da crítica literária e da militância antirracista, com participação marginal dos historiadores.



Foto: Lobato na sede da 'Revista do Brasil'

1 Artigo publicado na Folha de S. Paulo no Caderno Ilustríssima / Ilustrada, p. B10, B11 em 19 abril de 2026. Republicado com autorização do Autor.

2 Professor titular aposentado do Departamento de História da USP e membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

Essa configuração disciplinar produziu um debate assimétrico. De um lado, especialistas em literatura infantil, como Marisa Lajolo e João Luís Ceccantini, que tenderam a contextualizar as contradições de Lobato sem deixar de reconhecê-las; de outro, críticos e educadores que leram passagens isoladas da obra como prova de um racismo essencial e permanente.

O que faltou, e ainda falta, é o que a história poderia dar: uma periodização rigorosa das oscilações de Lobato em relação ao eugenismo, lastreada no conjunto de suas fontes —e não em recortes de cartas ou num único romance de ocasião.

O silenciamento historiográfico que se seguiu ao fim da Segunda Guerra Mundial e ao apagamento motivado pela superação dos horrores do nazismo criou uma armadilha epistêmica.

A historiografia tem destacado que, no caso do Brasil, as maiores polêmicas em torno do eugenismo giraram em torno dos efeitos da miscigenação racial, dividindo o movimento eugênico entre adeptos do racismo científico, como Renato Kehl, Azevedo Amaral e Xavier de Oliveira, e seus oponentes, nomeados “antirracistas”, como Edgard Roquette-Pinto e Fróes da Fonseca.

Lobato não era, nesse espectro, nem o caso mais extremo nem o mais brando: era um intelectual comprometido com o desenvolvimentismo nacional que absorveu a gramática eugênica de modo seletivo e instável, oscilando conforme o interlocutor, o gênero textual e o momento histórico. Tratar essa instabilidade como coerência oculta é o principal equívoco analítico do debate atual.

A historiografia especializada no movimento eugênico brasileiro fornece o enquadramento que o debate sobre Lobato não tem utilizado.

O livro “A Hora da Eugenia”, da historiadora norte-americana Nancy Stepan, constitui uma importante referência sobre a história do tema no Brasil, não só por seu aspecto pioneiro, mas pelas chaves interpretativas que apresenta, como o conceito de “eugenia latina” — diferentemente da variante norte-americana e alemã, era menos preocupada com medidas radicais de esterilização e mais com saneamento, higiene social e o ambiente.

Essa distinção é fundamental para qualquer leitura historicamente embasada de Lobato. Ele operava, em geral, dentro do registro da eugenia neolamarckiana que Stepan descreve, que apostava na transformação do meio como caminho para o melhoramento da raça.

O Jeca Tatu é o exemplo mais citado dessa postura. A figura do caipira degradado era, para Lobato, produto do abandono do Estado e da doença, não da inferioridade genética inata. Quando o escritor reviu o Jeca —do “parasita da terra” de “Urupês” (1918) ao doente curável das campanhas sanitaristas da década de 1920—, estava operando dentro dessa eugenia positiva e ambientalista, não da eugenia negativa de extermínio.

O problema é que Lobato, sob esse tema, não era consistente e nem continuado. A mesma pena que revisava o Jeca escrevia, em 1921, a carta a Arthur Neiva lamentando a ausência de uma Ku Klux Klan no Brasil, e em 1926 publicava “O Choque das Raças” (rebatizado “O Presidente Negro”), no qual a esterilização em massa dos negros norte-americanos é apresentada como solução eugênica plausível.

Essas oscilações não se explicam por duplicidade moral, mas pela ausência, em Lobato, de uma teoria racial elaborada e sistemática. Ele absorvia e descartava argumentos eugênicos conforme a utilidade que tinham para seu projeto maior: a modernização produtiva do Brasil. Quando a eugenia servia a esse projeto, ele a invocava; quando não servia, ele a ignorava ou a contradizia.

É metodologicamente temerário fazer de “O Presidente Negro” o texto central da acusação de racismo a Lobato.

Trata-se de um romance de ficção científica distópica escrito com objetivo instrumental explícito: o escritor queria penetrar no mercado editorial norte-americano e achava que uma história ambientada nos Estados Unidos, no ano de 2228, com elementos de fantasia científica, seria o veículo adequado.

Lobato se via como um novo H. G. Wells, mas os temas centrais do livro —a segregação completa entre brancos e negros, a tentativa dos brancos de esterilizar os negros e a influência da eugenia— eram controversos demais para qualquer editora norte-americana se arriscar, o que explica o fracasso da empreitada.

O romance é, portanto, um experimento de adequação ao mercado externo, escrito com cálculo editorial e em registro ficcional apocalítico, o que não elimina sua dimensão ideológica, mas nos obriga a lê-lo com a complexidade que o gênero distópico exige, e não como tratado doutrinário.

Usar “O Presidente Negro” como espelho fiel das convicções de Lobato seria o equivalente metodológico de tomar o “1984” como prova de que seu autor, George Orwell, era totalitário.

Após a Segunda Guerra Mundial, a eugenia era associada ao nazismo, e os intelectuais inclinados a ela procuraram apagar de sua biografia essa fase. Lobato morreu em 1948, pouco depois do fim da guerra e do Holocausto. Não há registro de uma retratação pública explícita sobre o livro de 1926, mas há, como se verá, evidências textuais robustas de uma revisão que se processa nos últimos anos de vida —e que as cartas a Cesídio Ambrogi documentam de forma única.

O debate sobre Lobato e racismo tem sido conduzido, no Brasil, quase exclusivamente por especialistas em literatura e por ativistas do movimento negro, com contribuições pontuais de historiadores da ciência e da medicina que estudam o eugenismo.

Os historiadores da cultura e das ideias, que deveriam ser os mais bem equipados para periodizar as variações do pensamento de Lobato no tempo longo, têm estado praticamente ausentes. Isso produziu um debate de recortes: passagens de cartas arrancadas de seu contexto epistolar, cenas isoladas de romances infantis lidas fora da tradição do gênero, e “O Presidente Negro” tratado como se fosse o documento definitivo de uma identidade intelectual imutável.

A partir dos anos 1980, foram consolidados estudos sistemáticos sobre a literatura infantil e juvenil brasileira; nesse contexto, a figura de Lobato se mostra central.

Marisa Lajolo, em artigo de 1988 intitulado “A Figura do Negro em Monteiro Lobato”, apontou que as contradições vão se acirrando ao longo do texto do autor, o que significa que a própria estudiosa mais próxima do arquivo lobatiano já havia sinalizado a instabilidade que o debate posterior tendeu a ignorar.

Mais recentemente, o embate a respeito da narrativa de Lobato chegou ao Supremo Tribunal Federal, revelando a polarização entre aqueles que consideram a obra de Lobato influência negativa para a formação da identidade negra e aqueles, como Lajolo e Ceccantini, que negam o caráter racial unívoco de seus livros.

Esse embate jurídico e midiático consumiu energia analítica que teria sido mais bem empregada em pesquisa de arquivo.

É precisamente nesse ponto que as cartas e os bilhetes a Cesídio Ambrogi adquirem um valor historiográfico que vai além da reconstituição biográfica.

Diferentemente das cartas a Arthur Neiva —que circulam em debate público e foram escritas para um interlocutor de mesmo campo intelectual, com pretensões

teóricas—, as enviadas a Cesídio são documentos privados dirigidos a um amigo sem compromisso científico com o eugenismo.

O que vaza nelas é, por isso, mais revelador do que o que é exibido nas cartas doutrinariamente comprometidas: percebe-se o eugenismo como reflexo cultural, como automatismo de linguagem, como pressuposto partilhado que não precisa ser argumentado porque é dado como evidente entre amigos.

Em registro aparentemente afetivo, Lobato elogia Cesídio pela qualidade de sua prole: “Você, Cesídio, é um embelezador e embranquecedor desta raça tão feia e encardida” (carta 18, sem data).

A frase é de uma crueza que nenhuma ironia consegue neutralizar: ela pressupõe uma hierarquia racial em que o branqueamento é melhora, e atribui a Cesídio o mérito eugênico de ter contribuído para isso. Em outra carta, Lobato acrescenta: “Quem produz Elianas e mais filhos tão lindos, está com indulgência papal por toda a vida” (Carta 13, 8 jan. 1943).

A justaposição dos dois enunciados é instrutiva: a beleza dos filhos de Cesídio é, ao mesmo tempo, prova de afeto e de aptidão eugênica. A menina Eliana, presença recorrente no fecho das cartas ao longo de vários anos, condensa essa ambiguidade.

Os adjetivos que Lobato acumula sobre ela (“gorda”, “rechonchuda”, “de fala grossa”, “linda”) pertencem, simultaneamente, ao vocabulário da ternura e ao vocabulário do ideal eugênico de criança saudável, robusta, bela.

A devoção a Eliana é genuína; mas ela se inscreve, involuntariamente, num campo semântico que a eugeniização do olhar sobre a infância tornou disponível. O historiador que lê essas cartas não pode simplesmente escolher entre a ternura e o preconceito: precisa sustentar os dois ao mesmo tempo, porque é essa tensão que o documento exige.

Contra a leitura estática de Lobato como eugenista consistente, o percurso de seus últimos anos oferece evidências textuais de uma revisão em curso. Escrita durante o exílio voluntário em Buenos Aires, entre 1946 e 1947, portanto na imediata sequência do fim da Segunda Guerra e do conhecimento público dos crimes do nazismo, “A Violeta Orgulhosa” representa um momento singular na trajetória lobatiana.

Provavelmente é o mais antirracista conto infantil de Monteiro Lobato. Para provar a uma violeta branca que ela não era superior às violetas roxas, às quais humilhava,

Emília conta com a ajuda do Visconde, que explica, cientificamente, o quão despropositada era a ideia de “superioridade ariana”.

O argumento é explicitamente científico —a cor resulta de pigmentação química—, e o alvo é explicitamente nomeado: a pretensa superioridade ariana. Não há eufemismo.

O conto foi publicado originalmente em espanhol, em Buenos Aires, sob o título “La Violeta Blanca” (1947), antes de ser incorporado a “Histórias Diversas” no Brasil, no mesmo ano.

O dado cronológico é significativo. Lobato escreveu esse conto no mesmo período em que as cartas a Cesídio ainda registram automatismos eugenistas. O que isso revela não é incoerência pessoal, mas a estrutura de tempo da mudança intelectual: as revisões nos textos públicos precederem ou acompanham, sem jamais apagar completamente, os hábitos mentais que vazam na correspondência privada.

A reviravolta de “A Violeta Orgulhosa” não cancela os deslizos das cartas; as cartas não invalidam a reviravolta. Ambos são verdadeiros, simultâneos e constitutivos de um sujeito que nunca teve uma teoria racial suficientemente elaborada para ser totalmente coerente em nenhum sentido.

Há um personagem que permite rastrear as oscilações de Lobato com a maior precisão historiográfica possível: o Jeca Tatu.

Criado em 1914 como caricatura do caboclo improdutivo, o Jeca é o lugar onde Lobato testou, ao longo de 30 anos, diferentes teorias sobre a formação racial e social do brasileiro.

Na versão original de “Urupês”, o Jeca é “funesto parasita da terra”, descrito em termos que ecoam o determinismo biológico então dominante. Na versão revisada dos anos 1920, o Jeca vira doente, vítima da ancilostomíase e do abandono do Estado —e se cura com remédio.

Essa revisão não foi motivada pela tomada de consciência antirracista, mas pela adesão de Lobato às campanhas sanitaristas do médico Belisário Penna, que operavam exatamente dentro da eugenia positiva neolamarckiana descrita por Stepan: o meio, e não o gene, era o determinante.

A reviravolta do Jeca é, portanto, uma evidência de que Lobato era capaz de rever posições eugenistas —mas o fazia dentro da lógica eugenista, não contra ela.

Em “A Violeta Orgulhosa”, contudo, opera pela primeira vez fora do campo eugenista. Lobato não diz no conto que o problema é curável pela higiene ou pelo saneamento, mas simplesmente que o problema, a ideia de inferioridade racial, não existe.

É uma diferença qualitativa. Ela não apaga tudo o que veio antes; ela documenta que, no limite de sua vida, Lobato chegou a uma posição que o próprio eugenismo não poderia gerar de dentro de si mesmo.

As cartas e os bilhetes a Cesídio Ambrogi oferecem ao debate a temporalidade das oscilações.

Diferentemente dos textos públicos, nos quais as posições são construídas para audiências específicas e submetidas a revisão editorial, e das cartas a Kehl e Neiva, em que o discurso eugênico é elaborado para um interlocutor doutrinariamente comprometido, as missivas a Cesídio registram o Lobato em modo de fala ordinária, sem o controle que a consciência da posteridade impõe.

Elas mostram que, mesmo nos anos em que Lobato escrevia “A Violeta Orgulhosa”, o vocabulário eugênico ainda habitava seu modo de elogiar amigos e crianças. Isso não é hipocrisia: é a estrutura normal de uma mudança intelectual que ainda não havia atravessado o sujeito por inteiro.

O método que o debate precisa adotar é o do historiador das ideias: tratar as posições de Lobato em relação ao eugenismo não como um sistema coerente a ser aprovado ou condenado em bloco, mas como um processo no tempo, com avanços, recuos, automatismos e revisões.

As cartas a Cesídio são, nesse processo, a fonte mais fina disponível —não porque confirmem ou contradigam uma tese prévia, mas porque documentam o sujeito em movimento, contraditório, humano, incompleto. É exatamente o que a história faz com seus personagens quando não os trata como monumentos nem como réus.

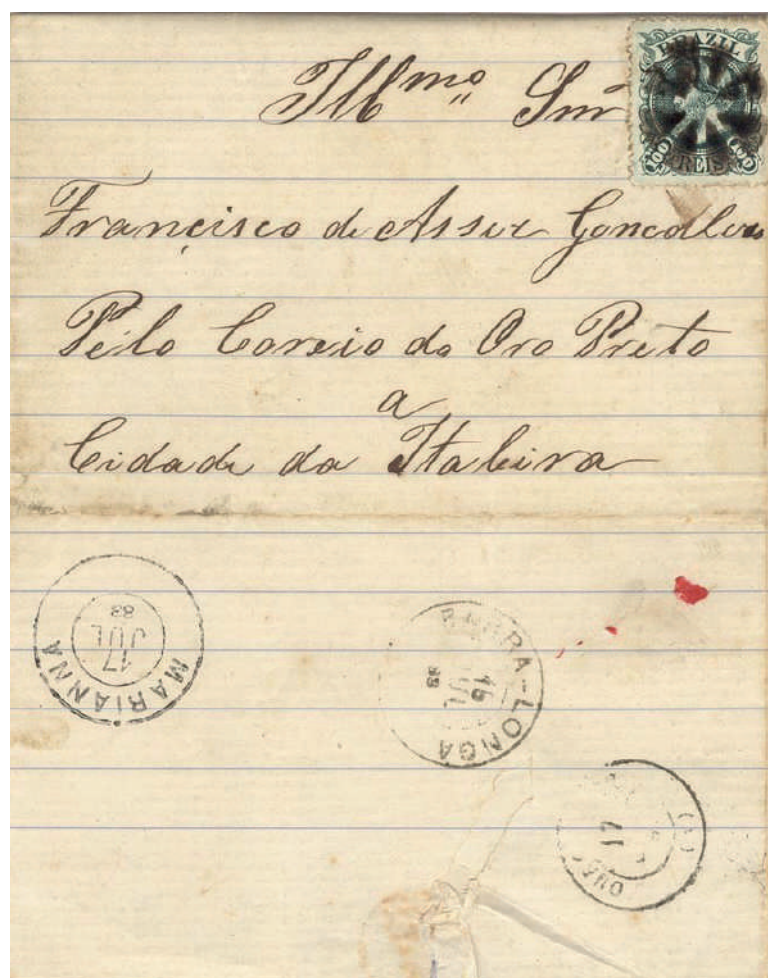
Blog: escritoresvaleparaibanos.blogspot.com

E-mail: ferjos@uol.com.br

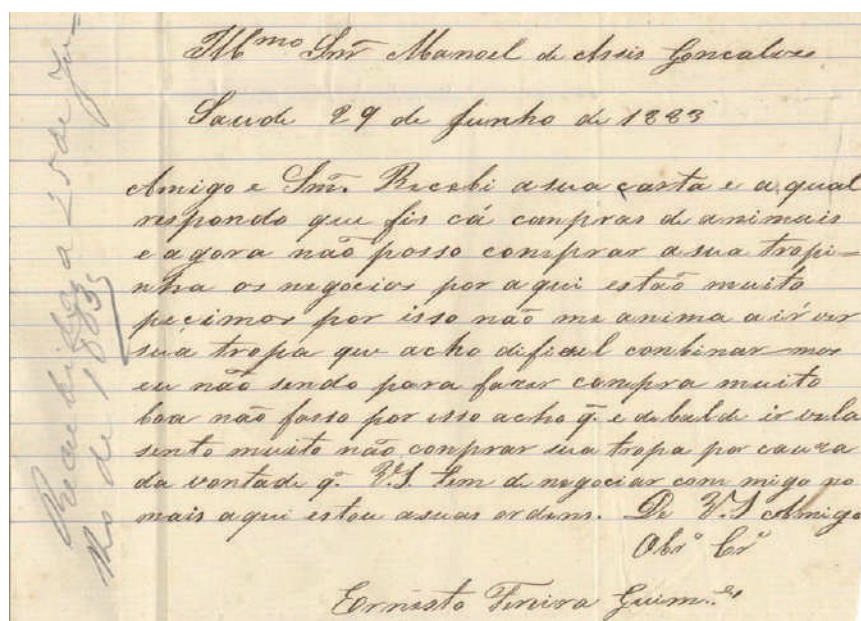
Os primórdios do Correio de Itabira

Márcio Hamilton Protzner de Oliveira – Belo Horizonte, MG

Nós, filatelistas, frequentemente deparamos com documentos interessantes. Adquiri, há algum tempo, uma coleção de selos e descobri em uma carta esta preciosidade, que mostra o jeito mineiro e itabirano de negociar. Trata-se de uma carta do período do Império, escrita precisamente no dia 29 de junho de 1883, na localidade de Saúde, atual Dom Silvério, na então Província de Minas Gerais, pelo Sr. Ernesto Ferreira Guimarães, e endereçada ao Sr. Francisco de Assis Gonçalves, residente em Itabira. Provavelmente não foi expedida no mesmo dia, pois transitou por Barra Longa - que fazia parte da linha postal e está a aproximadamente 100 km de Saúde - no dia 15 de julho, e por Ouro Preto e Mariana no dia 17 de julho. Foi recebida pelo destinatário no dia 25 de julho, conforme anotação a lápis na margem da carta.



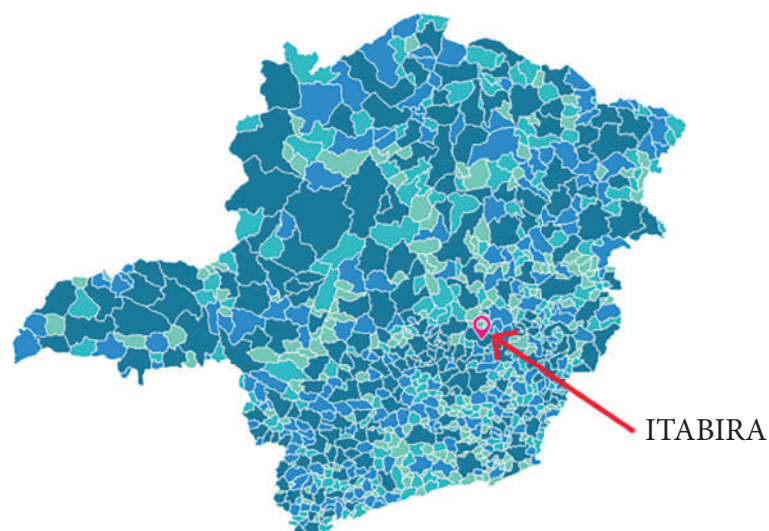
Acervo do autor



Mas o interesse não está apenas no trajeto da carta, está sobretudo no seu conteúdo. O sr. Ernesto foi procurado pelo sr. Francisco de Assis, que queria lhe vender uma tropa de burros. O sr. Ernesto alegou que não podia comprar a “tropinha”, porque acabara de comprar outros animais, e os negócios estavam “peçimos”. Justificou ainda a inutilidade em ir ver os animais com o Sô Cotta, como era conhecido, pois a compra teria que ser muito boa. Lamentou não fazer o negócio, apesar do interesse do vendedor. Ao se despedir, deixou abertas as portas para negócios vindouros.

Existem várias maneiras de se ler, estudar ou contar histórias de uma época e de uma localidade. Uma delas, bem original e pouco comum, é por meio das correspondências que chegavam ou saíam do local. Trata-se de uma parte da filatelia, para mim a mais interessante, chamada história postal.

Itabira está localizada na região central de Minas Gerais, distante 106 km de Belo Horizonte, capital do estado de Minas Gerais, no denominado Quadrilátero Ferrífero, uma área de 7.000 km², com grandes reservas de ferro e ouro, onde ocorreu a chamada “corrida do ouro” do Brasil, no século XVIII. Situa-se na borda oeste do denominado MATO DENTRO, a mata atlântica que antigamente preenchia toda a região do litoral do Oceano Atlântico, à altura do estado do Espírito Santo indo até a Serra do Espinhaço. A Serra do Espinhaço é uma cadeia de montanhas no sentido norte-sul, que divide o estado de Minas Gerais, prolongando-se até a região central do estado da Bahia e é divisora dos biomas mata atlântica ao leste e cerrado à oeste. Recebeu essa denominação do Barão de Eschwege (Wilhelm Ludwig von Eschwege), alemão que foi no início do século XIX o Intendente Geral das Minas, porque era semelhante a uma espinha dorsal, se erguendo no meio da província de Minas Gerais.



<https://cidades.ibge.gov.br/>, acessado em 22/4/2026.

Itabira, etimologicamente do tupi guarani, significa: ITÁ (a pedra) BIRA (erguida ou levantada); provavelmente em função do pico nas imediações, mais tarde denominado Pico do Cauê, cujo nome também tem origem tupi-guarani: gavião.

A história da ocupação inicia-se, segundo a tradição local, por volta de 1720 com a chegada dos irmãos Albernaz (Francisco e Salvador), ambos mineradores de origem paulista, que encontraram ouro em abundância. Houve a afluência de outros mineradores e o arraial progrediu; porém, na segunda metade do século XVIII, Itabira entra em decadência relativa, com o esgotamento do ouro de aluvião. Porém, continuou a produzir ouro através de minas de galerias, recuperando uma fase de progresso esplendoroso.

Assim, o naturalista francês Auguste de Saint-Hilaire a encontrou em fevereiro de 1817, durante sua primeira viagem a Minas Gerais. É notável a descrição que faz da região de Itabira em seus relatos de viagem. E profetiza: **“Essas minas, entretanto, atualmente ricas, esgotar-se-ão como as de Vila Rica, Catas Altas, etc. E se a exploração de ferro, que abunda no local, não se tornar uma fonte mais durável de riqueza, nada poderá reter os habitantes sobre um morro árido, cujos arredores, despojados de terra vegetal pelos mineradores, serão pouco próprios para a agricultura”**. A economia volta-se também para a agricultura de subsistência, e inicia-se timidamente, em função das imensas reservas de ferro, a produção de ferramentas, com a implantação de forjas rudimentares.

Torna-se paróquia em 1827 com o nome de Nossa Senhora do Rosário de Itabira. Município e vila em 1833, desmembrada de município de Caeté, com o nome de Itabira do Mato Dentro. Em 1848 é elevada à condição de cidade com o nome de Itabira. Em 31/12/1943, passa a se chamar Presidente Vargas, todavia em 05/03/1947, o município de Presidente Vargas volta a denominar-se Itabira.

Itabira do Matto Dentro teve sua primeira agência postal mesmo antes de se tornar vila, em 1833. O decreto que em 5 de março de 1829 regulamentou o correio brasileiro, unificando-o, definindo as rotas postais e o valor das tarifas, também estabeleceu condições para a criação da agência postal de Itabira, que contava então com pouco mais de 3.000 habitantes.

Os primeiros selos brasileiros, os famosos olhos de boi, só surgiram em 1843. Até então as cartas recebiam o carimbo da agência, e o valor do porte era indicado geralmente de forma manuscrita. O carimbo de Itabira, hoje denominado carimbo precursor, por anteceder a chegada dos selos, era em legenda simples, sem cercadura:

JTABIRA

Carimbo precursor. Fonte: Catálogo ilustrado dos carimbos sobre os Olhos-de-Boi.



Folded-cover pré-filatélico circulado de Itabira para Itambé em agosto de 1836. Acervo do autor.



Carimbos precursores de Itabira sobre os três valores do selo Olho-de-Boi. Acervo de Costantino Papazoglu

Apesar da denominação de precursor, o seu uso se estendeu até 1850, obliterando os selos denominados verticais, tendo sido usado anteriormente sobre os selos da emissão dos olhos-de-boi e inclinados.



Carimbo Itabira em vermelho sobre os selos numerais verticais do Império. Acervo do autor.

Reinhold Koester em sua obra *Carimbologia do Brasil Clássico* escreveu longamente sobre os carimbos de Itabira durante o Império. Interessante que ele cita a longevidade desse carimbo precursor informando que com o correr do tempo o carimbo ficou muito gasto, praticamente irreconhecível, como o desse fragmento apresentado anteriormente. R. Koester cita ainda uma carta interessante de 1851, sem selos, com a anotação: “Pg. 60 rs”, e a assinatura do agente postal “Drumond”, e o carimbo da agência. Esse Drummond, agente dos Correios, era João Antônio de Freitas Drummond que veio a ser o bisavô do poeta Carlos Drummond de Andrade.



Em 1866 surgiram os selos picotados com a efígie de D. Pedro II. Aparentemente o carimbo precursor **JTABIRA** tornou-se irreconhecível, e durante algum tempo a agência postal de Itabira ficou sem um carimbo obliterator. Os selos passaram a ter uma obliteração manuscrita, às vezes abreviada, algumas vezes com data.

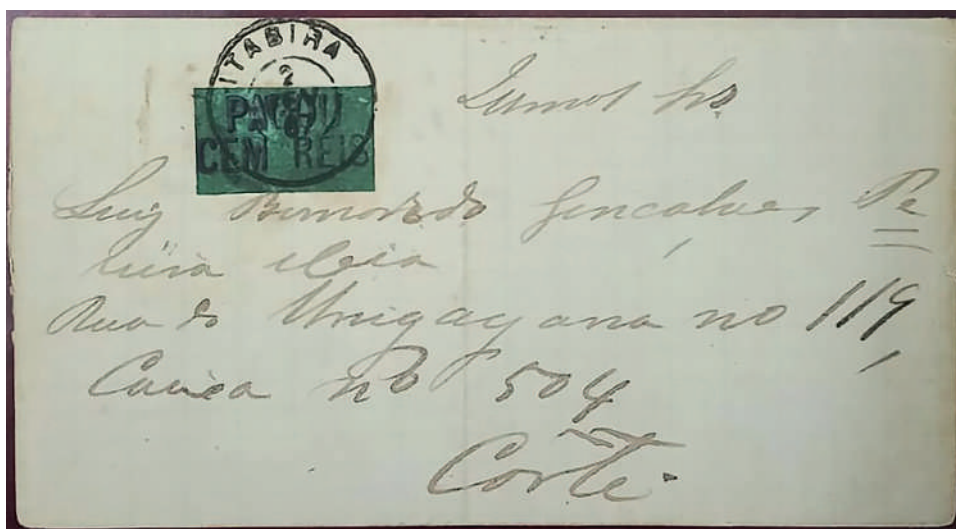
Selo picotado de 100 réis da emissão Dom Pedro II de 1866. Acervo do autor.

Após essa obliteração manuscrita, surgiu um novo carimbo circular datado, grafado apenas “Itabira”. Foi utilizado no final do Império e o seu uso se estendeu pelo início da República.



Carimbos circulares. Acervo do autor

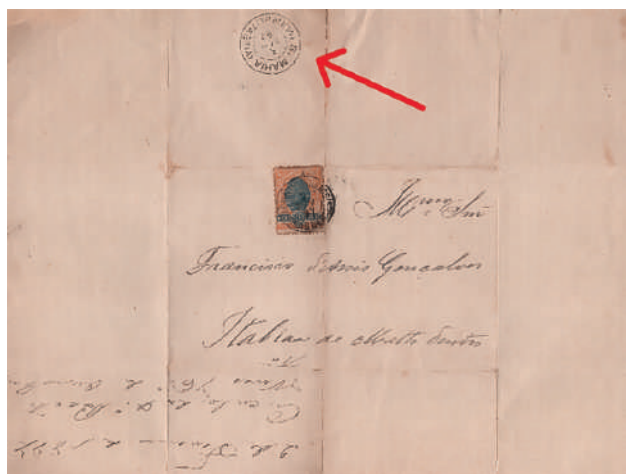
Um selo bissectado com a data de 11 de abril de 1887 foi descrito pelo Koester em sua obra. A hipótese lógica é que houve falta de selos na agência durante um determinado período. Ess foi o questionamento feito pelo Koester e que talvez possa explicar o envelope com uma etiqueta particular substituindo os selos, mostrado a seguir:



Carta com etiqueta particular substituindo o selo. Acervo de José Luiz Sampayo Fevereiro.

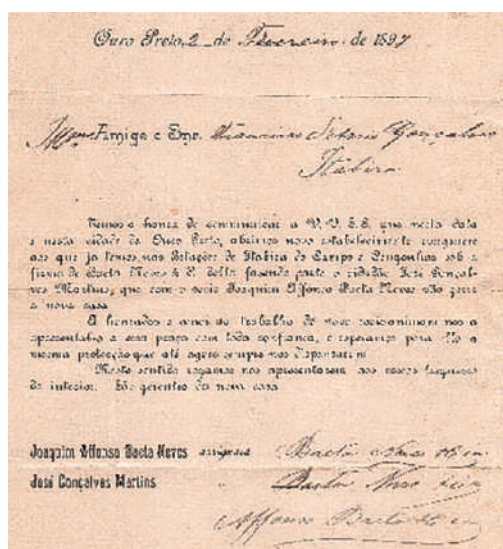
Segundo José Luiz Fevereiro, são conhecidos apenas dois envelopes com o selo de 100 réis provisório “emitido” pela agência postal local. Este acima mostrado, com a data de 2 de fevereiro de 1887, e o outro com a data de 27 de janeiro do mesmo ano. A imagem da segunda carta está na obra de Reinhold Koester e é dirigida ao mesmo destinatário.

Koester afirma que inspecionou pessoalmente o envelope e questiona a sua autenticidade; cita várias razões para apoiar a sua impressão e acredita que ela foi “filatelicamente” preparada.



Carimbo postal de S. Maria – Munº da Itabira

Folded letter circulado de Ouro Preto para Santa Maria – município da Itabira – com o porte de 20 réis, correspondente ao valor para o trânsito de impressos. Essa correspondência levava uma comunicação da firma comercial Baeta Neves & C. informando a abertura do novo estabelecimento congênera em Ouro Preto.



Folded cover de Ouro Preto para Santa Maria de Itabira. Acervo do autor.



Assinatura de Baeta Neves

Ainda no Império, existiu um carimbo de aspecto pouco comum, grafado S. Maria (Munº da Itabira), distrito itabirano. Está mostrado acima sobre um selo da República.

Em 1898, surgiu um novo carimbo, também circular e datado, já grafado “Itabira de Matto Dentro”, e entre parênteses, na parte inferior, a palavra “Minas”. Este era o carimbo postal típico do início da República.



Acervo do autor



Acervo do autor

A agência postal de Itabira fazia parte da Administração Regional de Minas, com sede em Ouro Preto. Em 1906, Itabira permutava malas postais diariamente com a Administração Regional (Ouro Preto) e com as agências de Santa Bárbara, São Gonçalo do Rio Abaixo, Batêas, Itambé do Mato Dentro, Morro do Pilar, Conceição do Mato Dentro, Santa Maria do São Félix (atual Santa Maria do Suaçuí), Santana dos Ferros (atual Ferros). De dois em dois dias permutava malas com a Sub-Administração de Diamantina; de quatro em quatro dias, com as agências de Carmo de Itabira (atual Senhora do Carmo), Santo Afonso da Aliança (atual Ipoema), São José da Lagoa (atual Nova Era), Santana do Alfíe e Antônio Dias Abaixo; de sete em sete dias, com a de Ipanema.

A mala postal expedida para Ouro Preto seguia pela linha postal conduzida por estafeta terrestre, passando por Batêas, São Gonçalo do Rio Abaixo, Santa Bárbara, Catas Altas do Mato Dentro, Santa Rita do Durão, Bento Rodrigues e Antônio Pereira. Já a mala postal em direção a Diamantina seguia por Itambé do Mato Dentro, Morro do Pilar, Conceição do Serro (atual Conceição do Mato Dentro), Santo Antônio do Rio do Peixe (atual Alvorada de Minas), Milho Verde e São Gonçalo do Serro (atual São Gonçalo do Rio das Pedras).



Carta topográfica e administrativa da província de Minas Gerais – 1849. O trajeto da linha postal de Ouro Preto a Itabira em 1848. <https://objdigital.bn.br> acessado em 22/4/2026.

As correspondências expedidas de Itabira para o Rio de Janeiro, e vice-versa, obrigatoriamente passavam pela Administração Regional, em Ouro Preto.



Folded cover do Rio de Janeiro para Itabira em 1878. Acervo do autor.



Correspondência (*folded cover*) expedida em 7 de março de 1878 da Corte – Rio de Janeiro – para Itabira, com trânsito em Ouro Preto no dia 11 de março, conforme o carimbo de recepção no verso; demorou cinco dias no percurso.



Longa e demorada viagem para Itabira fez a correspondência acima. Escrita em São Manoel, na província do Espírito Santo, em 2 de janeiro de 1888, provavelmente onde não havia agência postal, transitou por Rio Pardo, atual Iúna, em 14 de fevereiro e, a seguir, por Santo Eduardo em 24 de fevereiro. Interessante observar o tempo que a correspondência demorou, dez dias, para percorrer em torno de 100 quilômetros, que é a distância entre Rio Pardo e Santo Eduardo. Em Santo Eduardo, ainda na província do Espírito Santo, a mala postal cruza o rio Itabapoana, que separa as províncias do Espírito Santo com a do Rio de Janeiro, chegando na Estação de Itabapoana, da E. F. Carangola, posteriormente encampada pela E. F. Leopoldina e que havia sido inaugurada em 1879. A partir daí a correspondência passa a ser transportada pelo correio ferroviário, passando pelo Rio de Janeiro

em 29 de fevereiro e transportada em seguida pela E.F. Central do Brasil, chegando a Ouro Preto em 2 de março e, daí, para Itabira por estafeta terrestre.

A ferrovia só atinge Itabira em 1943, com a chegada dos trilhos da E. F. Vitória-Minas. Essa ferrovia começou a ser construída em Vitória, capital do Espírito Santo, em 1904, em direção à cidade de Diamantina, onde encontraria a E. F. Central do Brasil.



Carimbo de 1904 do condutor de malas da E. F. Vitoria a Diamantina e, que afinal, foi para Itabira. Acervo do autor.

Entretanto, em 1910, empresários ingleses a compraram para eletrificá-la e transportar minério da região de Itabira, para exportação, através do porto de Vitória. A partir dessa decisão, o traçado da ferrovia muda, agora indo em direção a Itabira, que só atinge em 1943, quando já pertencia à Companhia Vale do Rio Doce. A E. F. Vitória-Minas encontra a E. F. Central do Brasil em 1932, na estação de Desembargador Drummond, município de Nova Era. Possivelmente, a mala postal de Itabira para Ouro Preto, já em 1912, seguia por ferrovia, pela E. F. Central do Brasil, a partir da estação de Santa Bárbara, inaugurada naquele ano.



Envelope comercial circulado de Itabira para os Estados Unidos em 1917. Acervo do autor.

Em 1917, o envelope acima foi obliterado com um carimbo postal semelhante ao usado em 1897.



Vale postal emitido em 1915 pela agência de Itabira, para pagamento na administração da Bahia. Acervo do autor.

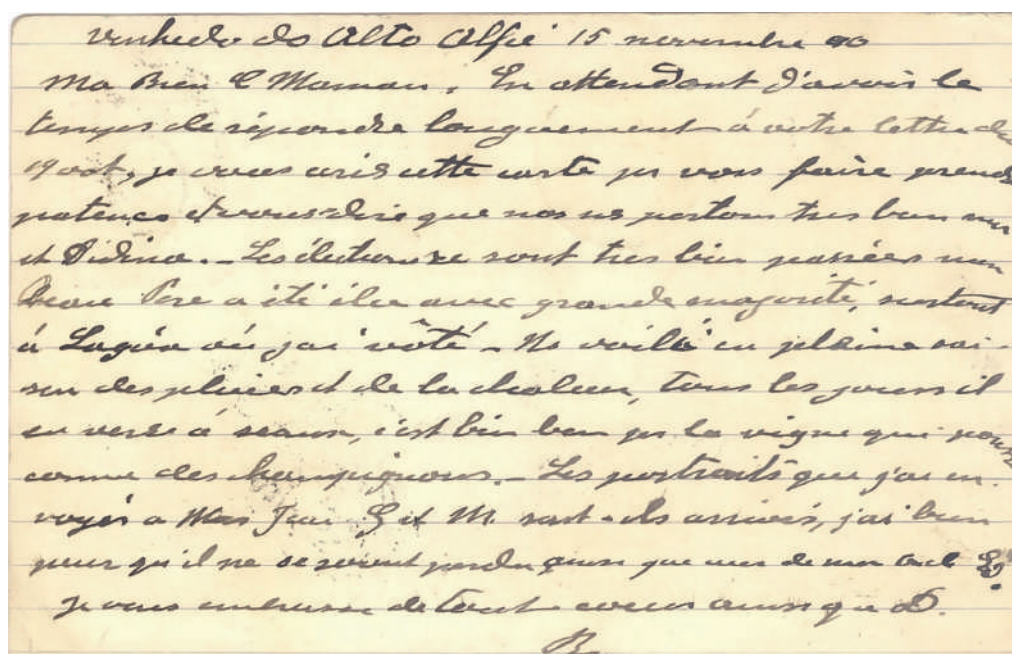
Uma obliteração postal comumente usada em vales postais e raramente em correspondência usual pode ser vista na imagem acima, obliterando os selos do prêmio do vale postal de 1915.

A partir de 1º de janeiro de 1944, Itabira passou a denominar-se Presidente Vargas, porém em 5 de março de 1947, portanto após pouco mais de 3 anos, voltou a denominar-se Itabira.

Outro documento postal que nos conta uma história interessante e nos remete a personagens importantes da vida de Itabira e das cidades circunvizinhas, no início do século XX, é o bilhete postal mostrado e descrito a seguir, que foi adquirido na Europa.



Bilhete postal de Itabira para a Bélgica. Foi transportado por estafeta terrestre, seguindo a linha postal até Ouro Preto. Daí seguiu pela Estrada de Ferro Central do Brasil até o Rio de Janeiro. Foi então por via marítima até a Europa. O carimbo de recepção em Mons, na Bélgica, é datado em 11/12/1900. Demorou, portanto, 25 dias para chegar ao destino. Esse bilhete postal, escrito em Santana do Alfíe, município de São Domingos do Prata, foi postado em Itabira. Era endereçado a Madame Georges de Caux - Condessa Louise Clothilde Marie Joseph d'Auxy de Launois - esposa do Sr. Georges Ernest Félix Etienne de Caux e mãe de Raoul de Caux.



No verso do cartão escrito por Raoul, ele acusa o recebimento da carta escrita por sua mãe em 19 de outubro, esperando ter mais tempo para respondê-la longamente. Informa que ele e Didina, apelido da Sra. Bernardina Martins da Costa, com quem se casara em 29 de abril daquele ano, estão bem. Escreve sobre um processo eleitoral que transcorreu bem, afirmando que seu sogro, o Cel. José Baptista Martins da Costa - por duas vezes presidente da Câmara Municipal de Itabira, a primeira de 1900 a 1912 - tinha sido eleito por grande maioria de votos. Relata ainda que votou na Lagoa, provavelmente São José da Lagoa, atual Nova Era. Dá notícias do vinhedo, testemunhando que, no então período de chuvas e de calor, as vinhas cresciam como cogumelos.

O francês Raoul de Caux, engenheiro agrônomo, chegou a Itabira no final da última década do século XIX. Veio, a convite do Governo de Minas, ser professor de agronomia, porém virou fazendeiro e agricultor. Foi proprietário da Fazenda do Bicu-do, conhecida também como Vinhedo do Alto Alfíe, de onde escreveu o bilhete postal

para sua mãe. Aí plantou suas vinhas, colheu suas uvas e fabricou seu vinho premiado com medalha de ouro na Exposição de Bruxelas, em 1911.

Dizem que a filatelia é o mais nobre dos hobbies. Coleccionar selos é realmente um grande passatempo e pode ser muito mais do que se ater à figura do selo, pode se tornar uma grande aventura pela história, como estas que investiguei e contei, de Itabira e sua gente.

Bibliografia:

- . Carimbologia do Brasil Clássico, Reinhold Koester, 1983.
- . Dicionário Histórico-Geográfico de Minas Gerais, Waldemar de Almeida Barbosa, 1995.
- . Toponímia de Minas Gerais, Joaquim Ribeiro Costa, 1970.
- . Catálogo de Selos do Brasil, Peter Meyer, 2019.
- . História Postal de Minas Gerais, José Francisco de Paula Sobrinho, 1997.
- . Carimbo sobre os Olhos-de-Boi, Henrique Bunselmeyer Ferreira, 2017.
- . Catálogo de Carimbos: Brasil-Império, Paulo Ayres, 1937.
- . Nomes Indígenas na Geografia de Minas Gerais, Salvador Pires Pontes, 1970.
- . Viagem pelas Províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais, Auguste De Saint-Hilaire, 1975.
- . Guia Postal da República dos Estados Unidos do Brazil, 1907.
- . <https://www.ibge.gov.br/>, acessado em 22/4/2026.
- . www.estacoesferroviarias.com.br, de Ralph Mennucci Giesbrecht, acessado em 22/4/2026.
- . Blog-Feed – Carimbologia, de Fábio Monteiro, acessado em 24/4/2026.
- . Fundação Biblioteca Nacional, acessado em 24/4/2026.
- . <https://objdigital.bn.br> acessado em 22/4/2026.

Agradecimentos:

- . Fábio Monteiro, pelo convite em publicar na Arge-Brasilien, pela tradução para o idioma alemão e pela inclusão dos detalhes das cartas topográficas antigas da região de Itabira, ilustrando maravilhosamente o artigo em alemão.

- . José Luiz Sampayo Fevreiro, pelas imagens e informações sobre a interessante emissão postal particular de Itabira.
- . Paulo Novaes, pelas preciosas informações dos trajetos postais.
- . Costantino Papazoglu pelas imagens do seu acervo.
- . Peter Johann Bürger pelo convite para publicar no Boletim da AFSC.

Observação:

Uma primeira versão deste artigo foi publicada no jornal “O Trem Itabirano”, de Itabira. Posteriormente foi publicado no site www.oselo.com.br e na revista Arge-Brasilien, nº 98, de julho/dezembro 2025. Esta segunda versão surge após a aquisição, pelo autor, de novas peças.

Márcio Hamilton Protzner de Oliveira, médico e filatelista, nascido em Belo Horizonte, itabirano por afinidade. Casado com Myriam Goulart de Oliveira e genro de Flávia Andrade Goulart - Favita, filha dessa terra querida.

Reescrito em Belo Horizonte em 12 de maio de 2026.

E-mail: mmel.bh@terra.com.br

Cel.: (31) 99983-2064.



Pires Filatelia

Selos para coleções

Selos temáticos
História postal
Variedades, provas
Muito mais

E-mail: lpneto56@gmail.com Telefone: (41) 99237-6909 (VIVO) 

Medalha, Selos, Cinderela e Imagens - Monteiro Lobato, 144 anos.

Renato Mauro Schramm – Florianópolis, SC

José Bento Renato Monteiro Lobato (Monteiro Lobato), (Taubaté, 18 de abril de 1882 – São Paulo, 4 de julho de 1948). Escritor, intelectual e brasileiro. Atuou também como promotor público, ensaísta, contista e tradutor. Participou ativamente de pré-modernismo e modernismo brasileiro e da vida política do Brasil, sendo popularmente lembrado por sua série de livros infantis *Sítio do Picapau Amarelo*. A série consta de 23 volumes de literatura fantástica que tem travessado gerações. Lobato é considerado o pioneiro da literatura infantil brasileira.

Frases de Lobato:

“De escrever para marmanjos já estou enjoado. Bichos sem graça. Mas para crianças um livro é todo um mundo.”

“Tudo tem origem nos sonhos. Primeiro sonhamos, depois fazemos.”



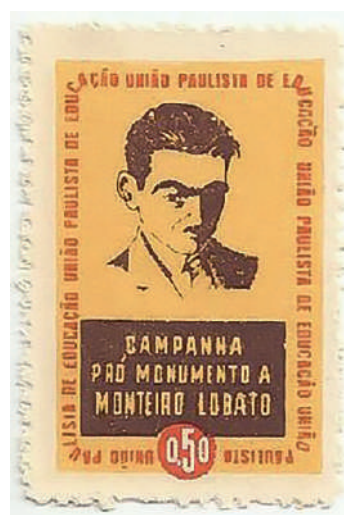
RHM C0370



RHM C1253



RHM C806 – C810 Bloco 5+





*Velhinhos
vendendo
coisas velhas!!*

*(antes de
morrerem!)*



www.lojinhadobigode.com.br

cds – vinis – vhs – dvds – livros – gibis – numismática - filatelia

Carl Benz e Gottlieb Daimler e a invenção do automóvel – Parte II. (1946 em diante)

Ullrich Schlerz – Maceló, AL

Após o término da 2ª Guerra Mundial, a retomada das atividades da montadora se deu com a reconstrução de um dos pavilhões de linhas de montagem e em 1946 retomando a produção dos 170. Inicialmente foram produzidas unidades de apoio à reconstrução do país como pick-up, furgão e veículos para o policiamento. Mas já no ano seguinte foram oferecidas unidades na forma de sedan 4 portas. Já em 1949 a produção passou das 10.000 unidades. E em 1950 surge o primeiro roadster esportivo, o 170 S para 2 ocupantes.



Ainda em 1949 iniciou-se a produção de caminhões e ônibus. Caminhões leves e pesados e desses derivaram os primeiros ônibus. Eram veículos com o cofre do motor estendido e este em frente à parede-corta-fogo com a cabine.



Depois do início da produção de um veículo de classe média veio a limusine modelo 300, conhecido como “Adenauer” por ter sido o veículo oficial do chanceler K. Adenauer. Ao mesmo tempo a montadora reiniciou a participação em competições esportivas. Foram produzidas três unidades para competir na grande Carreira Panamericana. Com um desenho arrojado, motor de 6 cilindros de 3000 cm³ e potência de 310 HP. Desses derivaram alguns modelos de competição em corridas como a Fórmula 1 e as 24 Horas de Les Mans. Mas o mais icônico foi o modelo para uso particular – o Mercedes Asa de Gaivota 300 SL.



Seguiram diversos modelos de automóveis, caminhões, ônibus e os utilitários off-road Unimog, um veículo de serviços de tração nas quatro rodas, utilizado em serviços municipais, aeroportos e agricultura.

Os veículos com design “antigo”, aqueles com paralamas externos foram substituídos em 1953 pelos modelos “Ponton”, carrocerias envoltentes de 4 e 6 cilindros, de 1.800 cm³ a 2.200 cm³, com motores a gasolina e a diesel. Para os 220 S foram produzidas algumas unidades conversíveis e coupé de 2 portas. Porém, já em 1959 foram apresentados os Mercedes-Benz com carroceria autossustentadas. Também havia a opção de motores de 4 cilindros a gasolina ou diesel e os modelos mais sofisticados de 6 cilindros, todos sedans de 4 portas.



Em 1959 foi apresentada uma nova série de caminhões, leves e pesados. Com esse design foram produzidos na Alemanha, na Turquia, no Irã (sob licença) e no Brasil. Foi a série mais longa, o último deixou a linha de produção na unidade brasileira em 1995. No Irã são produzidos até os dias atuais.



Depois dos modelos esportivos 300 SL e seu irmão menor 190 SL, em 1963 um novo esportivo foi apresentado. Era um modelo conversível, inicialmente de 2,3 litros, seguindo-se o 2,5 litros e por fim aquele de maior produção, o de 2,8 litros. Todos

tinham motor de 6 cilindros. Era fornecido como conversível com capota de lona. Opционаlmente podia ser encomendado com um hard-top de fibra. Para facilitar motorista e passageiros entrarem, essa capota tinha as laterais levemente elevadas em relação ao seu centro. Logo o modelo foi chamado de MercedesBenz Pagoda por sua semelhança com as construções japonesas.



A limusine que sucedeu os Adenauer (foram 4 face-lift) em 1964 foi lançado o Modelo 600, maior do que os Adenauer dotado de um motor V 8 de 6,3 litros. Além da limusine havia a opção de um Pullman com distância entre eixo aumentada e capacidade para 6 passageiros atrás e vis-avis. Por fim, o Pullman podia ser encomendado como Landaulet, tendo uma capota conversível sobre o assento traseiro. Esse foi utilizado por governantes e também como veículo para Papas.

No ano de 1965 inicia uma nova fase na denominação dos modelos Mercedes Benz, os diversos modelos seriam classificados em Classes e iniciou-se com os sedans 4 portas. Havia a opção de motores de 6 cilindros em linha de 2,5 litros, de 2,8 litros e 3,0 litros. Alguns anos depois houve a opção de 3,5 litros, 4,5 litros e 6,3 litros, todos motores de 8 cilindros em V. Um participante de competições raley preparou um modelo V 8 com 6.7 litros e foi muito bem sucedido em muitas participações. O veículo é conhecido como “Die Rote Sal”, em português “A porca vermelha”. Foram três unidades, uma se encontra no museu da marca em Stuttgart.

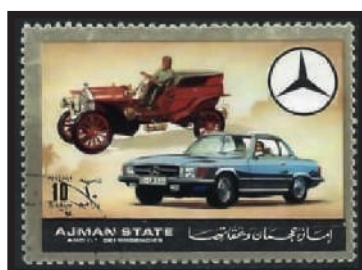


Seguiram-se alguns modelos da Classe E, e outros da Classe S. Mas cabe mencionar que a Mercedes Benz se interessou por uma nova técnica de motores desenvolvida por um engenheiro alemão, Felix Wankel. Tratava-se de um motor com pistões rotativos. A montadora projetou um modelo esportivo dotado de um motor com

4 pistões rotativos totalizando 2000 cm³. Mas não passou de um protótipo, e nenhum outro modelo Mercedes Benz foi produzido com esse motor.



Em 1971 foram apresentados os esportivos 350 SL e 450 SL, uma série que chegou a oferecer um 560 SL, todos com motores V8. Esta também o a série mais longa da montadora tendo sua produção encerrada somente em 1995. Novos caminhões e outros utilitários completaram a modernização da oferta. Um dos modelos utilitários mais importante foi o Unimog U 1300 L. Foi utilizado como veículo na agricultura, serviço público, mas também militar e de bombeiros.



Em 1982, finalmente, é lançada o que viria ser a Classe C, a linha de modelos de motores de 4 cilindros de 1,8 litros. Mas também era oferecido com motor de 2,3 litros e 16 válvulas. Em 1984 é lançada a nova Classe E com motores de 4 e 6 cilindros, desde 2,0 litros até 5,0 litros a gasolina bem como os 200, 230, 250 e 300 a diesel.



Um novo esportivo Classe SL é lançado em 1989 com motores V8, indo dos 5,0 litros até 7,3 litros e motor V12 vindo do braço de produtos especiais da marca, a AMG. Uma nova Classe S e dela também um coupé 2 portas em 1992. Em 1994 é apresentado o Classe C mais popular, inclusive aqui no Brasil. São os C 180 até C 280 12 Válvulas e um C 43 (de 4300 cm³)



Em 1995 é lançado um veículo comercial leve que se tornou, em todo o mundo, um ícone: uma pick-up, um furgão em dois tamanhos; micro ônibus de três tamanhos e muito popular como ambulância - é apresentada a Sprinter. Desde o lançamento sofreu diversos face-lift, mas o design básico permanece.



A partir de 1996 são apresentados os novos caminhões, leves, médios e pesados. Logo seriam também produzidos em outros países, entre eles o Brasil – a série Atego, Actros e Axor. Eles substituíram os Atron, um modelo de design brasileiro. Tinham todos os componentes da série cuja produção encerrou 1995. Recebeu um facelift, modernizados, e nomenclatura atualizada.



Em 1995 inicia uma parceria entre a McLaren e a Mercedes-Benz, a primeira fornecendo os veículos de Fórmula 1 e a segunda fornecendo os motores. Inicialmente essa parceria durou entre 1995 e 2007.

A Mercedes Benz retornou com uma equipe, carros e pilotos próprios em 2010. Desde então não deixou de participar nas competições, mas também fornece motores para duas outras equipes.





Se até 1996 a menor classe de veículos Mercedes Benz era a Classe C, neste ano inicia a produção de um modelo, por assim dizer, popular; é apresentada a Classe A. Tratou-se de um veículo compacto, por vezes classificado como um mini SUV. A primeira geração foi produzida também no Brasil. Na Alemanha, redesenhados, dois outros modelos continuaram ser produzidas. Um outro modelo que merece menção, mas cuja produção teve vida curta, somente 3 anos, foi a Classe X, um utilitário cabine dupla. Foi produzido na unidade da Espanha.

Não se deve esquecer uma série que iniciou com um propósito e se tornou um produto de desejo de consumidores exclusivos – a Classe G. Inicialmente um veículo off-road para o exército alemão, logo encontrou o mercado principalmente de jovens. Atualmente a maior parte da produção é de modelos muito sofisticados, possantes e personalizados. Pode ser como utilitário de 2 e 4 portas e como cabine dupla.



A empresa é inovadora, buscou todas possíveis tecnologias para equipar seus automóveis, veículos comerciais e mesmo no fornecimento de chassis motorizados para a produção de ônibus. Uma das áreas de desenvolvimento e pesquisa é a eletrificação. Até mesmo a possibilidade de um veículo ser alimentado por energia solar foi testada. Da mesma forma, a visão de design de futuro se trabalhou e em 2015 um protótipo foi apresentado, sem necessidade de motorista. Muita tecnologia e sofisticação, mas esse veículo foi realmente só uma peça de pesquisa.



Em sua maioria artigos em revistas especializadas aborda aspectos técnicos de uma emissão, de uma série, utilização, falhas e variações e tantos outros. Esse estudo é uma amostra de como se pode construir uma coleção temática e essa tendo um tema específico dentro de quadro maior – uma marca dentro do tema maior automóveis. A coleção do autor obedece a ordem cronológica de início de produção de cada modelo, uma breve descrição técnica, e tanto selos como inteiros postais e também cinderelas.



O ano de 2026 marca um momento digno de menção, o Centenário da adoção do nome Mercedes-Benz para seus veículos. Em junho de 1926, por dificuldades financeiras, os detentores acionários da Daimler Motoren Gesellschaft (DMG) e da Benz & Cie aprovaram a fusão das duas empresas. Assim nasceu a Daimler Benz AG. Porém, mais importante e motivo da homenagem em 2016, é que no Salão do Automóvel de Berlim é exposto o primeiro automóvel com nova designação.



A DMG já usava o nome Mercedes para seus automóveis desde 1901. Com a fusão é combinado o nome dos veículos produzidos por cada um – Mercedes pela DMG e Benz pela Benz & Cie. Também o logotipo de ambas as empresas é fundida.

O artigo Carl Benz e Gottlieb Daimler e a invenção do automóvel – Parte I. (1886 a 1944) foi publicado no Boletim Informativo Número 85 de março de 2026, na pág. 13.

E-mail: ulli.schierz@gmail.com



POSTMIX
Gráfica Offset & Digital



EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS - ECT
Superintendência Estadual de Santa Catarina

Apoio de Filatelia

Valdineia Meurer Romanovicz - valdineinameurer@correios.com.br

*Notícias, programação de Eventos Filatélicos,
Carimbos Comemorativos e Selos Personalizados*

Rua Romeu José Vieira, 90 - bloco B - 6º Andar
Bairro: Nossa Senhora do Rosário - São José/SC
CEP 88110-905 - Telefone: (48) 3954-4032

Selos Comemorativos e Especiais
Selos personalizados - Coleções Anuais

Em São José: Agência Floresta - Rua Romeu José Vieira, 90
CEP: 88110-975 - Telefone: (48) 3954-4195
scacatm@correios.com.br

Em Blumenau: Agência Victor Konder - Rua São Paulo, 1.277
CEP 89010-971 - Telefone (47) 3144-2372
scafbnu@correios.com.br

Em Joinville: Agência Joinville - Rua Princesa Isabel, 394
CEP 89201-970 - Telefone (47) 3419-6929
scacjve@correios.com.br

Catálogo Enciclopédico de Selos e História Postal do Brasil

Volume 4I



Missivas Reais ou Regencias, Marcas de
Isenção Postal, Pré-filatelia, Numerrais
e Carimbos sobre Olhos-de-Boi

RHM – 62ª Edição

Volume 4I